

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CULTURA SURDA**

**TAYNAN ALÉCIO DA SILVA**

**MARINGÁ  
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CULTURA SURDA**

Dissertação apresentada por TAYNAN ALÉCIO DA SILVA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação. Linha de Pesquisa: Ensino, Aprendizagem E Desenvolvimento Humano

Orientador(a): Profa. Dra. SOLANGE FRANCI RAIMUNDO YAEAGASHI

MARINGÁ  
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586f	<p>Silva, Taynan Alécio da</p> <p>A formação da identidade do indivíduo surdo : considerações sobre a importância da cultura surda / Taynan Alécio da Silva. -- Maringá, PR, 2024. 86 f. : color., tabs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Solange Franci Raimundo Yaegashi. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.</p> <p>1. Cultura surda. 2. Surdez - Família - Escola. 3. Formação da identidade. 4. Educação especial. 5. Teoria Histórico-Cultural. I. Yaegashi, Solange Franci Raimundo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p>
-------	--

CDD 23.ed. 371.912

TAYNAN ALÉCIO DA SILVA

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CULTURA SURDA**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Solange Franci Raimundo Yaegashi (Orientadora) – UEM

Profa. Dra. Lucilia Vernaschi de Oliveira – IFPR - Umuarama

Profa. Dra. Celma Regina Borghi Rodriguero – UEM

Profa. Dra. Rute Grossi-Milani – UNICESUMAR – Maringá (suplente externa)

Profa. Dra. Conceição Solange Bution Perin – UEM (suplente interna)

Data de Aprovação: 18/03/2024

Meus pais foram um apoio constante,  
essenciais para eu nunca desistir, e a eles  
dedico este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. *Solange Franci Raimundo Yaegashi*, pela competência, dedicação e amizade demonstrada durante a realização desta pesquisa.

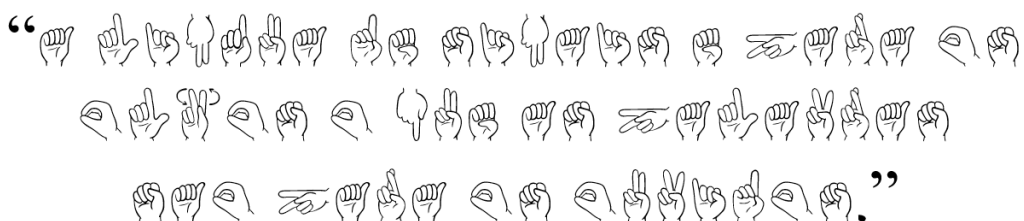
Aos meus pais, *Isabel Cristina e Alcides Batista*, meu ‘muito obrigado’ pelo apoio incondicional, pois vocês são as principais razões por todas as conquistas alcançadas até aqui. Nossa família não é perfeita, muito menos tradicional, mas é a melhor que eu poderia ter, porque nela tem muito amor.

Gratidão à minha amiga, *Maria Luiza da Luz Munhoz*, pessoa querida. Obrigada pela paciência comigo, me ensinando quando precisei no curso de Pedagogia, foram 4 anos. Atualmente ela é mestre.

À minha monitora especial, *Ivanilda de Almeida Meira Novais*, obrigado pela paciência comigo, pois sempre foi um apoio para meu conhecimento. Seu trabalho e sua atuação como professora de Libras são ótimos. É mestre e doutoranda em Educação pela UEM.

Agradeço aos meus avós, *Conceição Toro Alécio e João Alécio (in memoriam)*. Minha linda família é uma verdadeira rede de amor e apoio, e eu sou grato por fazer parte dela. Minha gratidão eterna por todo o incentivo, pelo amor ao conhecimento e à educação.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS), pela parceria.

“”

Mestrado é só para mostrar que o sujeito é alfabetizado, pois a metade dos que estão na universidade não sabem ler (Darcy Ribeiro, 2023).

SILVA, Taynan Alécio da. **A formação da identidade do indivíduo surdo: considerações sobre a importância da cultura surda.** Orientadora: Solange Franci Raimundo Yaegashi. 2024. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

## RESUMO

Este estudo está situado na linha de pesquisa Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vinculando-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS). Nesta dissertação abordamos a temática da cultura surda e da formação da identidade do indivíduo surdo. O termo 'cultura surda' é usado para descrever e representar a comunidade das pessoas com surdez. A cultura surda é fundamental para o acolhimento e a participação social dos surdos, tanto entre si quanto com o grupo social que constituem. Nesse sentido, o presente estudo, de cunho teórico, teve como objetivo geral compreender a importância da cultura surda para a formação da identidade do indivíduo surdo. Este objetivo se desdobrou em quatro objetivos específicos: 1) Realizar uma revisão histórica acerca da educação e formação dos surdos; 2) Analisar políticas públicas que discorrem sobre os direitos das pessoas surdas; 3) Discutir a função da família e da escola para a formação da identidade do indivíduo surdo; 4) Compreender a função da cultura surda para a formação da identidade e os movimentos sociais em prol dessa identidade. Para tanto, foi proposta uma pesquisa bibliográfica, a fim de realizar uma análise crítica das obras já publicadas sobre a temática. Assim, para discutir acerca da cultura surda recorreremos a diversos autores, dentre os quais: Quadros (2006), Botelho (2009), Fernandes (2008), Perlin (2007), Strobel (2019), Skliar (1998), Novais (2017), Santana (2007), Gesser (2009), Ciccone (1990), Baggio (2017), Hall (2006), entre outros. Por meio da revisão empreendida verificou-se que a cultura surda é uma forma de reconhecimento do povo surdo, pois para que possa desenvolver plenamente sua identidade, é fundamental que a pessoa surda tenha contato desde cedo com a cultura surda. Conclui-se que a cultura e a identidade surda possibilitam à pessoa surda exercer sua representatividade na sociedade, nas suas lutas, conquistas e direitos linguísticos.

**Palavras-chave:** Cultura surda; surdez; formação da identidade; família; escola; Teoria Histórico-Cultural.



SILVA, Taynan Alécio da. **The formation of the identity of the deaf individual: considerations on the importance of deaf culture.** Supervisor: Solange Franci Raimundo Yaegashi. 2024. 86f. Dissertation (Master's in Education) - State University of Maringá, Maringá, 2024.

## ABSTRACT

This study is situated in the research line of Teaching, Learning, and Human Development of the Graduate Program in Education (PPE) at the State University of Maringá (UEM), and is linked to the Study and Research Group on School, Family, and Society (GEPEFS). In this dissertation, we examine the theme of deaf culture and how the deaf person forms their identity. The term 'deaf culture' is used to describe and represent the community of people with some type of hearing impairment. Deaf culture is essential for the acceptance and social participation of the deaf, both among themselves and within the social group they constitute. In this sense, the present theoretical study aims to understand the importance of deaf culture for the formation of the identity of the deaf individual. This objective unfolded into four specific goals: 1) Conducting a historical review of the education and formation of deaf individuals; 2) Analyzing public policies that address the rights of deaf people; 3) Discussing the role of family and school in the formation of the identity of the deaf individual; 4) Understanding the role of deaf culture in identity formation and social movements in favor of this identity. To achieve this, bibliographic research was conducted to critically analyze works already published on the subject. Thus, to discuss deaf culture, we turned to various authors, including Quadros (2006), Botelho (2009), Fernandes (2008), Perlin (2007), Strobel (2019), Skliar (1998), Novais (2017), Santana (2007), Gesser (2009), Ciccone (1990), Baggio (2017), Hall (2006), among others. Through the undertaken review, it was observed that deaf culture is a form of recognition for the deaf community. For a deaf person to fully develop their identity, they must have early contact with deaf culture. It was concluded that deaf culture and identity allow deaf individuals to exercise their representation in society, in their struggles, achievements, and linguistic rights.

**Keywords:** deaf culture; deafness; identity formation; family; school; Historical-Cultural Theory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Santo Agostinho.....	23
Figura 2 - Pedro Ponce de Leon .....	24
Figura 3 - Alfabeto manual francês .....	25
Figura 4 - Alfabeto manual Libras .....	26
Figura 5 - Charles Michel de L'épée.....	27
Figura 6 - Thomas Gallaudet.....	31
Figura 7 - Número de pessoas surdas .....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis da Educação dos Surdos.....	41
Quadro 2 - Aspectos da Cultura Surda .....	60
Quadro 3 - Processo Semiótico de Vygotsky .....	72

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- GEPEFS** - Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INES** - Instituto Nacional de Educação do Surdo
- LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais
- PPE** - Programa de Pós-Graduação em Educação
- TICs** - Tecnologias da Informação e da Comunicação
- TDIC** - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
- UEM** - Universidade Estadual de Maringá

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO SURDO</b> .....	19
2.1 Um Panorama da Educação do Surdo da Antiguidade até o Século XXI .....	21
2.2 Principais Correntes Pedagógicas da Educação dos Surdos: Oralismo, Comunicação total e Bilinguismo .....	31
2.2.1 Oralismo .....	32
2.2.2 Comunicação Total .....	33
2.2.3 Bilinguismo .....	34
<b>3. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE À EDUCAÇÃO DE SURDOS</b> .....	37
3.1 A Educação de surdos e as políticas públicas do Brasil: fortalecendo a Libras ..	39
3.2 Acessibilidade na educação do surdo e Tecnologias de Comunicação e Informação .....	44
<b>4. REPRESENTAÇÕES, VALORES E CULTURA SURDA: ONDE TUDO COMEÇA</b> .....	53
4.1 O desenvolvimento do surdo e sua relação a Teoria Histórico-Cultural.....	55
4.2 A família como matriz de identidade da criança surda .....	62
4.3 A escola inclusiva e a constituição da identidade do surdo.....	68
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo, cuja temática envolve a cultura surda e a formação da identidade do indivíduo surdo, está situado na linha de pesquisa Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vinculando-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS) – cadastrado no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Apesar dos avanços sociais e educacionais para a formação das pessoas surdas, considera-se que muito precisa ser feito para que essas pessoas tenham seus direitos garantidos. Nesse sentido, a pesquisa científica pode contribuir para fortalecer e estabelecer ações que assegurem os direitos da comunidade surda e do público-alvo da Educação Especial de um modo geral.

Para um melhor entendimento do nosso objeto de investigação, primeiramente se faz necessário esclarecer no que consiste o termo cultura surda, o que é identidade surda e qual é a sua relação com a sociedade.

De acordo com Strobel (2009), inicialmente devemos analisar o que representa a palavra “cultura”. Para debater esse assunto, a autora explica que o termo cultura, diz respeito às crenças, valores e costumes de uma determinada sociedade. Dessa forma, podemos entender a cultura surda como o modo pelo qual o indivíduo surdo entende e interage com o mundo.

A autora ressalta que para compreender o mundo, o indivíduo surdo necessita de artefatos culturais e da Língua Brasileira de Sinais (Libras)<sup>1</sup>. Segundo Strobel (2009), esses artefatos culturais auxiliam na formação da identidade da comunidade surda. Dentre esses artefatos, a autora destaca: a experiência visual, a Libras, o grupo familiar, a vida social, a literatura surda, os esportes, a arte, a política e a matéria.

Teoricamente, a presente pesquisa se ancora na Teoria Histórico-Cultural, cujo principal representante é Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934). Em seus estudos, Vygotsky e seus discípulos discutem a questão da mediação social no

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que a lei da Libras, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. De acordo com o Art. 1, a Libras “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, online).

desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Nesse sentido, podemos refletir que, se o indivíduo surdo estiver inserido na cultura surda, poderá desenvolver as suas potencialidades e habilidades.

A perspectiva da abordagem Histórico-Cultural da aprendizagem nos possibilita compreender e entender que o homem, na qualidade de indivíduo social que vive e interage com outros humanos, começa a se apropriar gradativamente dos instrumentos mentais, produzidos pelo próprio homem nas suas relações ao longo da sua história e da coletividade, dando origem a uma internalização da cultura.

Portanto, discutiremos quão importante é o surdo se inserir em uma cultura surda, pois irá absorver alguns aspectos presentes na comunidade surda, que o ajudarão em seu desenvolvimento pessoal e cognitivo. A partir do pensamento de Vygotsky, abordaremos a importância que as relações sociais possuem na vida de qualquer ser humano, pois auxiliam no convívio, nas resoluções de problemas psicológicos, no desenvolvimento de potencialidades, nas habilidades e em outros fatores.

Assim, por meio das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo surdo, inicialmente no seio familiar e posteriormente na escola e em outros locais, ele poderá estruturar suas representações sociais, que abrangem a cultura surda e que podem auxiliá-lo no sentido de reconhecer, conhecer e aceitar suas diferenças, possibilitando a percepção de suas capacidades, habilidades e inteligência. As relações interpessoais e a compreensão de mundo contribuirão para a formação de uma identidade pessoal e inserção na cultura surda.

A partir dessas considerações iniciais, as questões orientadoras do presente estudo podem ser assim descritas: De que forma a cultura surda pode contribuir para a formação da identidade de um indivíduo surdo? Qual o papel da família e da escola na constituição dessa identidade e para a inclusão escolar do indivíduo surdo?

Dessa forma, o objetivo central consiste em compreender a importância da cultura surda para a formação da identidade do indivíduo surdo. Este objetivo se desdobra em quatro objetivos específicos: 1) Realizar uma revisão histórica acerca da educação e formação dos surdos; 2) Analisar políticas públicas que discorrem sobre os direitos das pessoas surdas; 3) Discutir a função da família e da escola para a formação da identidade do indivíduo surdo; 4) Compreender a função da cultura surda para a formação de identidade e os movimentos sociais em prol dessa identidade.

A pesquisa se justifica porque além da realização deste estudo, podemos afirmar que ela se dá em três níveis: pessoal, científica e social. O sentido maior da importância dessa pesquisa é apresentar para comunidade brasileira, científica e social, quais as necessidades das pessoas surdas nos territórios educacionais<sup>2</sup>, como tivemos avanços e ainda temos muitas conquistas pela frente. Em termos pessoais podemos afirmar que a escolha do tema da pesquisa, tem relação com os propósitos da minha vida pessoal e conseqüentemente com a minha trajetória acadêmica, principalmente no mestrado, uma vez que sou surdo e desejo compreender melhor a importância da cultura surda na educação das pessoas surdas.

No que tange à justificativa científica, poucos são os estudos que abordam essa temática, demonstrando a necessidade de mais estudos que envolvam o papel da família e da escola na constituição das identidades das pessoas surdas. A justificativa social, por sua vez, reside no fato de que apesar de muitas lutas, conquistas e vitórias nos movimentos sociais das pessoas surdas, ainda é preciso continuar reivindicando seus direitos. É necessário que o Governo, em todas as suas esferas, garanta o suporte para a ampliação da cultura surda na sociedade, por meio de políticas públicas mais eficazes, criação de cursos gratuitos de Libras e implementação da disciplina de Libras como área acadêmica de estudos.

Quanto aos aspectos metodológicos, convém ressaltar que este estudo, de caráter bibliográfico, foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2002). Desse modo, foram consultadas dissertações, teses, livros e artigos disponibilizados de forma impressa ou buscados nos bancos de dados da *internet*.

Assim, além da Teoria Histórico-Cultural, buscou-se como referencial teórico, autores que pesquisam acerca da cultura surda, tais como: Quadros (2006), Botelho (2009), Fernandes (2008), Perlin (2007), Karin Strobel (2019), Skliar (1998), Novais (2017), Santana (2007), Gesser (2009), Ciccone (1990), Baggio (2017), Hall (2006), entre outros.

---

<sup>2</sup>Os alunos surdos têm necessidades educacionais singulares que demandam abordagens adaptadas. O acesso à língua de sinais e intérpretes qualificados é fundamental para a comunicação eficaz. Recursos visuais e tecnologia assistiva, como implantes cocleares, são essenciais. Um ambiente físico propício, com acústica adequada, é necessário para otimizar o aprendizado (Strobel, 2009).



Utilizamos, ainda, a legislação que aborda sobre as políticas públicas e os direitos da pessoa surda, como por exemplo, a Constituição Federativa Brasileira de 1988, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, dentre outras normativas que tratam da educação e direitos das pessoas surdas.

A fim de atender aos objetivos propostos, a dissertação foi subdividida em cinco seções. A primeira é a “Introdução”, na qual apresentamos o tema, as questões orientadoras, os objetivos e a justificativa para a realização da pesquisa.

Na segunda seção, denominada “Processo histórico da educação e formação do indivíduo surdo”, discutimos os principais conceitos que deram sentido ao processo histórico da educação e formação do indivíduo surdo ao longo da história. Na busca de compreender tais conceitos, o intuito foi conhecer como o povo surdo foi visto e conhecido pela sociedade ao longo da história. Para realizar essa discussão, apoiamos-nos nas pesquisas de Strobel (2008a; 2008b; 2008c; 2009), Fernandes (2007), Quadros (2006), dentre outros autores. Estes estudiosos nos apresentam discussões pertinentes acerca da cultura surda no Brasil e no mundo.

Na terceira seção, intitulada “A legislação brasileira referente à educação de surdos”, apresentamos os marcos e dispositivos legais que garantem a inclusão escolar das pessoas surdas. Em outras palavras, fizemos um recorte temporal estudando e compreendendo a importância das políticas públicas implementadas no cenário brasileiro, discutindo as resoluções, decretos, leis e outros documentos que mudaram a vida das pessoas surdas, garantindo-lhes o direito à educação e à comunicação.

Na quarta seção, denominada “Representações, valores e cultura surda: onde tudo começa”, discorremos sobre o papel da família e da escola na formação da identidade da pessoa surda. Discutimos também as diferentes possibilidades e garantias que o povo surdo pode exercer no contexto social e educacional, bem como as principais barreiras que fizeram e ainda permanecem nas relações sociais do povo surdo. Nessa seção, explicamos, ainda, que o povo surdo percorreu um longo caminho em busca de seus direitos civis, do reconhecimento e aquisição de respeito pela cultura surda.

Por fim, na quinta seção, intitulada “Considerações finais”, tecemos reflexões acerca das implicações educacionais do presente estudo.

Esperemos que este estudo contribua tanto para os pais quanto para os educadores compreenderem a importância da cultura surda. Desejamos ao leitor uma excelente apreciação desta pesquisa.

## 2 PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO SURDO

A história da deficiência tem seu início desde a vida do homem primitivo. Todavia, o ambiente não era propício às pessoas que nasciam com deficiência devido às condições ambientais que dificultavam a sobrevivência e as formas de organização grupal (Pereira, 2017). Na medida em que o clima da terra foi amenizando, os grupos começaram a se organizar em busca do sustento.

Pereira (2017) explica que, de acordo com os historiadores, a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível, porque o ambiente era agressivo e ríspido e essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era, inclusive, muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência.

Corroborando, Duarte et. al. (2013), ressaltam que:

[...] há poucos registros de pessoas com deficiência em tempos pré-históricos, a vida inóspita face aos seres humanos sugere que a sobrevivência dos membros de grupos e tribos dependia quase exclusivamente da força e resistência físicas, e os surdos, assim como os ouvintes, tinham essas semelhanças físicas. Dificilmente alguém que não tivesse essas habilidades sobreviveu. Nos grupos primitivos, o requisito básico era ser saudável. Crianças e pessoas com deficiência apresentaram fragilidades, caracterizando sobrecarga para o grupo. Isso era comum grupos eliminaram os deficientes não há registros históricos que possam assegurar até que ponto, nesse contexto, os surdos sobreviviam (Duarte et. al., 2013, p.1716).

Todavia, com o avanço da ciência e com os movimentos em luta pelos direitos, às pessoas com deficiência foram conquistando espaço e visibilidade na sociedade. Os conhecimentos e as reflexões sobre os espaços e tempos que moldaram a história dos surdos ampliam a compreensão de quem é sujeito surdo, revelando como essa trajetória está ligada às relações de poder.

A surdez foi considerada e definida historicamente pelos ouvintes, incitando o questionamento de que a surdez deveria ser discutida pelos próprios surdos. Assim, a perspectiva socioantropológica defende que os surdos fazem parte de um grupo, que representa uma minoria linguística (Quadros, 1997).

Ao discorrermos sobre os aspectos históricos, observamos que os avanços na área educacional representam um processo contínuo entre os diferentes recursos e movimentos sociais, e em sua maioria vislumbram as conquistas necessárias em diferentes contextos. Assim, é possível compreender que as mudanças são caminhos trilhados sob dois importantes pontos: o de perceber e o de interpretar o mundo.

A pesquisa em história da educação não oportuniza apenas conhecer o passado, mas também busca conhecer a história do presente, pois a história é viva e transformadora. Assim, é pertinente abrir espaço nesta dissertação para compreender a história de formação/educação do indivíduo surdo. Segundo Bloch (2001, p. 17), a expressão "legitimidade da história", presume que o problema epistemológico da história não é apenas um problema intelectual e científico, mas também um problema cívico e moral.

A partir da história, compreenderemos os questionamentos que nos inquietam. São muitas as perguntas sobre a trajetória da educação do surdo. E como bem dizia Aristóteles: "A dúvida é o princípio da sabedoria" (Aristóteles, 1987, p.68). Sedentos pelo conhecimento, entendemos que a história responde muitas de nossas dúvidas, pois o historiador tenta encontrar convenções e regularidades que indiquem o que poderia ou não ser dito.

Embora não sejamos historiadores, é inegável o papel exercido pela história na sociedade. Os saberes são passados de geração para geração, esse é um dos princípios que regem a história da ciência. Buscamos na história os fatos sociais que evidenciam a presente pesquisa. Para falarmos da formação do indivíduo, acreditamos que seja pertinente trazer para essa discussão como se deu a formação da civilização, com recorte temporal a partir do período medieval até o presente momento.

Com relação à formação do indivíduo, Oliveira (2012) afirma que surgem mudanças consideráveis, na primeira metade medieval, tanto no âmbito do trabalho, quanto aos aspectos de formação intelectual. Esse período é marcado por transformações e inquietações sobre o desenvolvimento das pessoas, e aqui devemos considerar dois aspectos para compreensão: o da pessoa e o da individualidade.

Pilla (2003) e Elias (1990) sinalizam que para compreender o processo psíquico civilizador, é importante examinar os significados de 'civilização'. De acordo com os autores, para conceituarmos o termo 'civilização', é crucial observar os fatos e

o processo de desenvolvimento ao qual estão ligados, ou seja, o que estava acontecendo naquele momento histórico em termos de tecnologia, desenvolvimento dos conhecimentos científicos, ideias religiosas e costumes. Há, segundo os autores, uma estreita relação entre economia e cultura intelectual.

Ao dissertar acerca da educação do surdo na atualidade, é pertinente definir esse indivíduo em relação à sociedade em que está inserido, pois o homem é um ser social, ainda mais para a época e para a fonte que temos a nosso dispor. Aqui resulta a pertinência em conhecer o que o passado tem a nos revelar.

Segundo Pilla (2003), pensar na formação do indivíduo pressupõe implementar todo um aparato de regras estratégicas no processo de educação, um código que deve ser seguido pelas classes que desempenham as funções sociais mais importantes. Esses preceitos de conduta social podem ser encontrados em determinadas fases do processo civilizador, além de elementos diferenciadores e instrumentos de poder, ora exercida pelas forças políticas e ora pelas vias subjetivas. São elas que determinam os caminhos da história, deixando marcas dos processos, dos percalços e avanços.

Um olhar panorâmico pode contribuir com as discussões aqui apresentadas, trazendo novas perspectivas acerca de como os homens do passado perceberam o mundo, como se davam as relações sociais e quais os caminhos que eles percorreram. No que se refere à formação do indivíduo, isso nos dará condições de pensar as relações que se estabelecem na atualidade.

Quando pensamos na formação do indivíduo, logo pensamos no processo educacional. Assim, na subseção a seguir, buscamos apresentar o que foi realizado pelo coletivo para a formação das pessoas surdas no mundo e no Brasil. Iniciamos as discussões a partir do período da Antiguidade até o século vigente.

## **2.1 Um Panorama da Educação do Surdo da Antiguidade até o Século XXI**

No medievo, a falta de conhecimento sobre as motivações da surdez levou os surdos a serem vistos como pessoas incapazes e não humanas, devido às formas como se comunicavam, utilizando os gestos e ruídos (sons que emitem nas tentativas de se comunicarem). Ocorriam inclusive, comparações das pessoas surdas com os animais. Essas situações contribuíram para fortalecer práticas preconceituosas e, em muitos dos casos, os surdos eram excluídos da convivência social (Strobel, 2008a).

Entre os anos de 384-322 a.c., o filósofo Aristóteles questionou-se sobre a possibilidade de o Surdo produzir conhecimento devido à falta da sua linguagem. O filósofo ainda questionava se a pessoa surda seria capaz de pensar, pois não tinha o domínio da língua, da fala. Percebemos aqui, que a sociedade desse período não acreditava nas capacidades dos surdos. O passado nos revela fortemente contradições entre os pensamentos pró e contra a vida dos surdos (Strobel, 2008a).

Na Grécia e na Roma Antiga, os surdos eram abandonados ou sacrificados, uma vez que a surdez seria um castigo das divindades, uma maldição. São notórios os relatos sobre a cidade-estado de Esparta e o tratamento oferecido aos bebês “deficientes” que não pudessem contribuir com a sociedade guerreira Espartana. Estes bebês eram jogados dos rochedos como uma condenação à morte. Esparta seguia um rígido treinamento militar feminino e masculino desde a infância. Por isso, as qualidades físicas perfeitas eram necessárias para um bom guerreiro naquele momento. Ressaltamos que na Roma Antiga, após a organização do código de Leis de Justiniano no século V a.C, o Surdo era considerado desprovido de qualidades morais, isso porque havia uma crença de que eles eram privados de inteligência e incapazes de se desenvolverem intelectualmente (Strobel, 2008a).

No período medieval, marcado pela tradição teocêntrica, essa perspectiva da surdez como castigo continua inabalada, ou seja, como o Surdo não conseguia expressar os sacramentos, entendia-se que havia sido abandonado por Deus. Assim, o Surdo estaria condenado ao inferno. A origem deste pensamento encontra-se, de acordo com Sacks (2010), na tradição da lei mosaica que expõe a voz como a forma de comunicação correlacionada com a divindade, apoiados no versículo Bíblico “No princípio, era o Verbo”. Destacamos que neste período os surdos eram poupados da morte devido à compaixão cristã, diferente de como acontecia na Antiguidade Grega ou Romana. Porém, as pessoas surdas eram privadas de convívio na sociedade e continuavam excluídas e até mesmo acreditava-se que os surdos não teriam acesso à salvação.

O pensamento recorrente de Santo Agostinho sobre o tema, na Idade Média europeia, era de que o filho surdo seria resultado dos pecados cometidos pelos pais, portanto, representava uma punição divina (Sacks, 2010). No século XVI, para a tradição cristã, a fala continuava sendo vista como uma dádiva de Deus, o que incentivou o uso da leitura labial em práticas educacionais para surdos. Na Figura 1 trazemos a imagem de Santo Agostinho:

**Figura 1- Santo Agostinho**



*Santo Agostinho*

**Fonte:** Foto disponibilizada pelo site: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/28/santo-agostinho-conheca-a-historia-e-veja-a-oracao.htm>

Os registros históricos confirmam que durante o período conhecido como Idade Moderna no século XVI, os surdos nascidos em famílias nobres precisavam ter habilidades mínimas de oralização para apresentar-se em público e receber títulos nobiliárquicos ou heranças. Era exigido que aprendessem a ler, a contar e, sobretudo rezar, pois a presença da tradição cristã católica tornava a confissão de pecados um imperativo para a salvação da alma e para a observância dos sacramentos católicos (Lopes, 2007).

Em relação aos grupos sociais compostos por camponeses e outros integrantes da classe de trabalhadores ou os chamados grupos populares, os registros são imprecisos ou inexistentes em relação aos surdos que participavam dessas categorias sociais.

Deste modo, o modelo de educação do surdo nobre configurou-se como um ideal, oferecendo ao domínio da palavra falada ou oralização, lugar de destaque nas práticas educacionais. Segundo Lopes (2007), esse modelo supostamente contribuiria para a tentativa de cura da deficiência através de práticas terapêuticas que visavam a “normalização” a partir da terapia da fala, bem como uma necessidade de disciplinamento do corpo do surdo.

Na Espanha do século XVI, um monge beneditino conhecido por Pedro Ponce de Leon (1520-1584) deparou-se com a responsabilidade de ser professor de nobres surdos. Ele acreditava na possibilidade de desenvolver as habilidades cognitivas dos surdos, levando-os a superar a limitação auditiva. Por isso, investiu na formação de um espaço em seu monastério para receber crianças surdas em uma perspectiva pedagógica. Na Figura 2 trazemos a imagem de Pedro Ponce de Leon:

**Figura 2 - Pedro Ponce de Leon**



*Pedro Ponce de  
Leon (1520-1584)*

**Fonte:** Foto disponibilizada pelo site: [https://www.ecured.cu/Pedro\\_Ponce\\_de\\_Le%C3%B3n](https://www.ecured.cu/Pedro_Ponce_de_Le%C3%B3n)

Ponce de Leon (1520-1584) foi a pessoa responsável pela organização de um sistema de gestos intuitivos, apesar de serem considerados caseiros, a prática se fortaleceu, resultando em forma de comunicação gestual compartilhada. Essa comunicação era composta por elementos de datilologia, que consiste em um recurso utilizado pela comunidade surda, inclusive atualmente, em que a pessoa surda ou demais que se comunicam com língua de sinais, utilizam do alfabeto manual para descrever elementos, coisas, objetos e conceitos que não têm sinais definidos. Segundo Fernandes e Romeiro (2017, p.178-179), a datilologia:

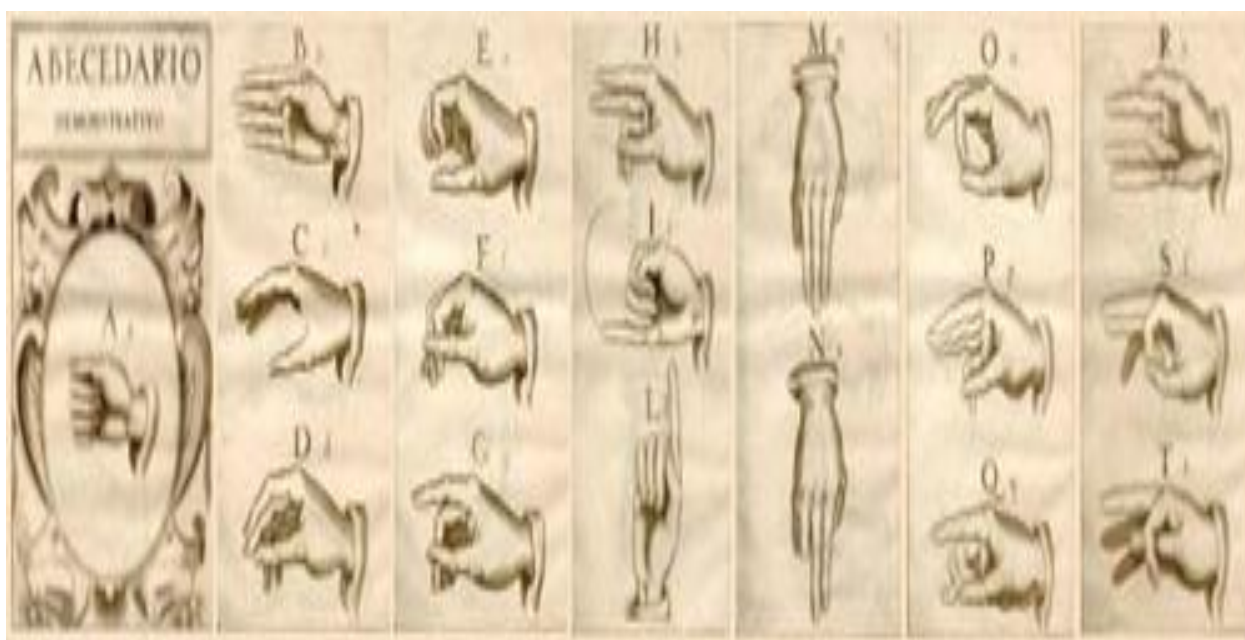
[...] surgiu pelo anseio de comunicação, dos ouvintes com a comunidade surda. Mas é comumente usada pela maioria dos surdos, como, nas expressões linguísticas quando não há um sinal



específico, para nomes próprios, estrangeiros, e até como o meio de relacionar com o ouvinte, quando este não entende a Libras.

É pertinente lembrar que naquela época, a datilologia era frequentemente utilizada para auxiliar o desenvolvimento da língua escrita. A figura 3 exemplifica como é composto o alfabeto manual. Usamos a expressão “alfabeto manual” porque cada configuração de mão representa uma letra do alfabeto. O alfabeto manual, ou alfabeto digital, era usado para intensificar as práticas da escrita e oralização. Pode-se considerar este método como o precursor na tentativa de superação da limitação de comunicação imposta pela surdez.

**Figura 3 - Alfabeto manual francês**






























**Fonte:** Foto disponibilizada pelo site:  
<http://tics.ifsul.edu.br/matriz/conteudo/disciplinas/libra/ub/1/>

O alfabeto manual, utilizado para soletrar manualmente as palavras (de forma digital ou datilologia), é um recurso usado principalmente por falantes da língua de sinais. Não é uma língua, e sim um código de representação das letras alfabéticas (Althaus; Ramos, 2022). Na figura 4, apresentamos o alfabeto manual utilizado no Brasil.

Figura 4 - Alfabeto manual Libras

**ALFABETO  
MANUAL**

Link para download do Alfabeto Manual em alta  
resolução : [www.libras.com.br/alfabeto-manual](http://www.libras.com.br/alfabeto-manual)

			 A	 B
 C	 Ç	 D	 E	 F
 G	 H	 I	 J	 K
 L	 M	 N	 O	 P
 Q	 R	 S	 T	 U
 V	 W	 X	 Y	 Z

**Fonte:** Foto disponibilizada pelo site: <https://www.libras.com.br/alfabeto-manual>

Em 1620, organizou-se um alfabeto manual com base na criação de Ponce de Leon (1520-1584). Neste momento, Ponce de Leon passou a ser considerado o primeiro professor de surdos que a História registra. Essa iniciativa não pode ser considerada ainda uma língua de sinais ou língua surda. No entanto, abriu possibilidades para sua sistematização e conceitualização futuras da língua de sinais.

Segundo Lopes (2007), a iniciativa de Ponce de Leon tem seu mérito ao contribuir para a formação de um espaço educacional e de convivência entre surdos criando uma experiência de identificação com a vivência das experiências visuais.

No século XVIII, a França preocupou-se em organizar um sistema público de ensino para surdos. Assim, em 1761, foi fundada a Instituição Escolar Imperial na cidade de Paris, onde o professor clérigo francês Charles Michel de L'épée (1712-1789) criou um sistema de comunicação de sinais utilizado para transmitir informações de seu currículo escolar.

**Figura 5 - Charles Michel de L'épée**



*Charles Michel de  
L'épée*

**Fonte:** Foto disponibilizada pelo site:  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279\\_562860.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html)

Foi a longo prazo que a comunicação por sinais contribuiu para a articulação da comunidade surda francesa e para a configuração de um método de aprendizagem mediante a utilização da língua de sinais. Nas palavras de Lopes (2007, p.45): “Olhando hoje para a iniciativa de L'épée, vemos que a institucionalização da educação dos surdos, embora na época tivesse como objetivo maior o ensino da língua francesa, constituiu parte da cultura surda atual”. Para a autora,

[...] o trabalho de L'épée (1712-1789) pode ser compreendido como o fundador da tradição de ensino bilíngue para surdos no uso de “sinais metódicos” de comunicação partindo do aprendizado da língua escrita francesa para a oral. Essa iniciativa gerou a consciência de pertencimento de um grupo surdo em seu monastério e que servirão de base futura para a organização das comunidades surdas no aspecto político de afirmação da sua identidade e da língua de sinais como fundamentos para o desenvolvimento cognitivo, aquisição e compreensão das linguagens (Lopes, 2007, p. 25).

L'épée deixou um grande legado para a comunidade surda, pois pensou a pessoa surda para além da função da fala, deixou de lado as palavras oralizadas e considerou o surdo como indivíduo capaz de expressar suas ideias. Pensando no que isso representa para o ser humano surdo, compreendê-los é ou deve ser uma entidade autônoma, valorizando sua forma humana de agir, e que em certos aspectos, se diferencia de todos os demais.

O trabalho realizado por L'épée foi comprometido, devido à Revolução Francesa em 1789, com a força exercida pelo Estado. L'épée perdeu espaço em função da metodologia que adotava na educação dos surdos. Assim, os surdos passaram a ser ensinados seguindo a padronização das relações impostas pelo governo, que preconizava aos surdos que se enquadrassem ao modelo de ensino padronizado aos ouvintes. Isso representou um retrocesso, pois a comunicação gestual-visual foi interrompida e proibida, restando ao surdo o aprendizado das atividades manuais ou artesanais como modo de profissão, que ajudaria na sua função de cidadão e trabalhador, na sociedade produtiva do século XVIII (Strobel, 2008b).

No século XIX, teve início o desenvolvimento da ortofonia moderna acompanhada de outras invenções tecnológicas (como o telefone), que tiveram grande influência na adoção do oralismo como prática pedagógica. Neste momento, a surdez é considerada patológica e supostamente curável.

Benvenuto (2006) explica que por influência médica, surge então um projeto de higienização e reabilitação do surdo com o objetivo de enquadrá-lo aos padrões de normalidade característicos da sociedade europeia, o que resultou na imposição do método oral em detrimento do uso da língua de sinais.

Muitos acontecimentos tristes marcaram a vida dos surdos ao longo da história, inclusive os referentes ao contexto da Alemanha nazista, que marca o século XX. As pessoas surdas ou que apresentavam outras deficiências eram marcadas com um triângulo azul nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial (até 1945) e condenadas à morte ou eutanásia. Conforme apontam Silva e Spelling (2018, p.168-169):

Durante o Holocausto, as ações contra as pessoas surdas e pessoas com outras deficiências foram consideradas como dirigidas a grupos minoritários. Entretanto, podemos ver pela literatura que não foi bem assim. Os surdos morreram de frio, de fome, por injeções letais e sufocados em câmaras de gás, assim como os outros grupos perseguidos durante este regime [...] é difícil determinar o número exato de pessoas surdas que foram exterminadas pelo regime nazista, principalmente porque muitos dos registros foram destruídos e porque recolher o número exato destas vítimas seria uma operação delicada. Os surdos nunca foram oficialmente designados como sujeitos do projeto de Eutanásia, porém atualmente sabemos, pelas pesquisas, que crianças e adultos surdos foram exterminados neste período. E por tudo isso, a história dos surdos na Segunda Guerra Mundial não deve ser ignorada.

Dessa forma, devemos mencionar que no Brasil a comunidade surda alega que tal acontecimento precisa ser lembrado, pois serve como fundamento da comemoração do evento anual “Setembro Azul”, que marca o mês da visibilidade da comunidade surda. A comunidade definiu a cor azul em homenagem aos mortos nos campos de concentração. Assim, o mês de setembro foi escolhido devido aos vários eventos que impactaram a comunidade surda no Brasil ou em outros países. Por essa razão, a fita azul começou a ser usada a partir do XIII Congresso da Federação Mundial dos Surdos, realizado na Austrália na década de 1990 (Silva; Spelling, 2018a).

A proibição oficial da comunicação gestual ocorreu em consequência do II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos, realizado em Milão no ano de 1880. Estabeleceu-se o modelo clínico terapêutico no atendimento aos surdos, com ênfase na oralização, decretando a proibição do uso de sinais com meio de comunicação nos diferentes ambientes escolares. Deste modo, o modelo oralista se consolidou na tentativa de desenvolver a fala dos surdos, não observando os diferentes níveis da surdez, o que resultou em prejuízos à aprendizagem, cognitivos e emocionais do surdo profundo (Silva e Spelling, 2018b).

A partir do II Congresso Internacional Sobre Educação de Surdos de Milão composto exclusivamente por ouvintes, a participação dos professores surdos seria proibida no processo de votação. Assim, o esforço pedagógico iniciado por Ponce de Leon e seu alfabeto manual que servia para a “motivação” do surdo, bem como a iniciativa de L’épée com seus “signos metódicos” que combinavam a língua francesa com a incipiente língua de sinais sofreram um retrocesso, pois o II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos de Milão decretou o oralismo como uma tendência mundial.

Neste momento de consolidação do chamado oralismo puro, a substituição da comunicação gestual visual, recebeu apoio das práticas médicas que tinham por objetivo de curar a surdez, restaurando a audição na tradição dos estudos do médico Jean Itard<sup>3</sup>. É possível encontrar referências sobre a influência do inventor do telefone

---

<sup>3</sup> Foi um médico e educador francês nascido em 1774 e falecido em 1838. Ele é mais conhecido por seu trabalho com Victor de Aveyron, um jovem que ficou conhecido como o "Menino Selvagem de Aveyron". Victor foi encontrado na França no final do século XVIII, vivendo na natureza sem qualquer contato com a sociedade humana. Jean Itard assumiu a responsabilidade de tentar educar e reintegrar Victor à sociedade (Cordeiro; Antunes, 2020).

Alexander Graham Bell motivado por interesses econômicos neste processo de votação realizado no II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos em Milão (Silva; Spelling, 2018).

Superando o oralismo puro quase um século após a realização do Congresso de Milão (1880), o ensino da língua natural do surdo, isto é, a Libras, favoreceu o desenvolvimento das competências e habilidades da criança surda através do bilinguismo. O bilinguismo teve seu desenvolvimento a partir das iniciativas de países como França, Estados Unidos e posteriormente influenciou as políticas educacionais de surdos no Brasil (Silva; Spelling, 2018d).

A França foi pioneira na adoção do bilinguismo entre os anos de 1979 e 1981. A atuação pedagógica das professoras Suzana Boral-Maisong e Danielle Bouvet merece destaque. Ambas trabalharam na formação de professores bilíngues utilizando o ensino da língua de sinais francesa como língua materna para surdos, a partir da qual se ensinava a língua francesa na modalidade escrita.

A iniciativa bilíngue nos Estados Unidos seguiu o modelo francês. Thomas Gallaudet fundou no ano de 1816 junto com Laurent Clerc escolas para surdos na América do Norte, utilizando como referência a Língua de Sinais Francesa (LSF). A partir dos sinais da LSF criou-se a *American Sign Language (ASL)*, influenciando o uso dos sinais nas escolas públicas norte-americanas, contribuindo assim para a elevação dos níveis de escolaridade dos surdos já nos anos de 1850. A seguir, em 1864, Gallaudet fundou a primeira Universidade Nacional para Surdos no território americano (Silva; Spelling, 2018).

**Figura 6 - Thomas Gallaudet**

*Thomas Gallaudet*

**Fonte:** Foto disponibilizada pelo site:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Hopkins\\_Gallaudet](https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hopkins_Gallaudet)

Na próxima subseção, buscamos compreender o que representou o oralismo como abordagem pedagógica, após as intervenções, a partir do II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos em Milão (1880), conhecido pela academia científica, como o momento histórico que paralisou os avanços do bilinguismo por quase 100 anos.

Na década de 1970, surgiram as práticas que ficaram conhecidas como a Comunicação Total. Nesta perspectiva, buscava-se a fusão de vários recursos possíveis para estabelecer a comunicação entre surdos e ouvintes.

Enquanto na década de 1980, as orientações do ensino bilíngue preconizam uma educação em que os surdos possam adquirir a língua materna de sinais para depois desenvolver a língua de seu país, como segunda língua, na modalidade escrita, é importante ressaltar, que nessa modalidade a comunidade surda brasileira, articula um movimento político e social para garantir o reconhecimento oficial da Libras.

## **2.2 Principais Correntes Pedagógicas da Educação dos Surdos: Oralismo, Comunicação total e Bilinguismo**

As abordagens pedagógicas que nortearam as práticas educativas com as pessoas surdas ao longo da história foram marcadas por inúmeras controvérsias. De

um lado estavam os profissionais que acreditavam que o oralismo era o caminho mais eficaz a ser percorrido. Por outro lado, havia os defensores da língua de sinais. E ainda existiam profissionais e estudantes que aceitavam e praticavam a abordagem mista, que preconizava a utilização de oralismo e língua de sinais, conhecido como Comunicação Total. Por fim, havia ainda os defensores do bilinguismo (Fernandes, 2011).

No tópico a seguir conceituamos o oralismo, de acordo com os autores: Dias (2001), Goldfeld (2002), Fernandes (2011), entre outros autores.

### **2.2.1 Oralismo**

O oralismo é uma abordagem educacional que se concentra na comunicação oral como principal meio de ensinar e desenvolver a linguagem às pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Essa abordagem historicamente enfatizou o uso da fala, leitura labial e técnicas de pronúncia para promover a comunicação verbal e a integração das pessoas surdas na sociedade ouvinte (Fernandes, 2011).

Ressaltamos que, o objetivo principal do oralismo é que os indivíduos surdos possam aprender a falar e a compreender a fala em vez de usar a língua de sinais ou outras formas de comunicação gestual. O ensino da leitura labial é uma parte importante do oralismo, no qual alguns surdos aprendem a ler os movimentos dos lábios e expressões faciais para compreender o que está sendo dito.

Entretanto, é importante destacar que o uso do oralismo tem sido historicamente controverso, uma vez que nem todas as pessoas surdas podem desenvolver habilidades de fala com sucesso devido ao grau de sua perda auditiva. Além disso, muitas pessoas surdas têm argumentado a favor de abordagens bilíngues, que incluem a língua de sinais e o ensino de uma língua falada, para atender às necessidades individuais e preferências de comunicação (Dias, 2001).

Para Goldfeld (2002), o processo educacional de surdos norteados pelo oralismo não era suficiente para o bom aprendizado da leitura e da escrita de alunos surdos. De acordo com a autora,

[...] a história da educação de surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda. No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram maiores condições do desenvolvimento intelectual,



profissional e social. Ao colocar o aprendizado da língua oral como o objetivo principal na educação dos surdos muitos outros aspectos importantes para o desenvolvimento infantil são deixados de lado (Goldfeld, 2002, p.38).

Goldfeld (2002) explica que uma criança só pode construir uma língua se participar inteiramente de uma sociedade, compartilhando seus conceitos, não apenas da aprendizagem imposta da língua oral, que é proposta pelo oralismo. Essa aprendizagem não pode ser comparada à aquisição espontânea, pois não garante a formação de um sistema que alcance níveis abstratos, tendo em vista que a aprendizagem da língua oral pela criança surda ocorre de forma sistemática.

Hoje em dia, as abordagens educacionais para pessoas surdas são mais diversas, e o oralismo é apenas uma das opções disponíveis. A escolha de abordagem depende das preferências e necessidades individuais da pessoa surda, bem como dos avanços em tecnologia assistiva.

### **2.2.2 Comunicação Total**

A comunicação total é uma abordagem aberta e flexível, que se adapta às necessidades específicas de cada pessoa surda ou com deficiência auditiva. Ela reconhece que não existe uma abordagem única que funcione para todos. Algumas pessoas surdas podem preferir usar linguagem de sinais, enquanto outras podem preferir a leitura labial, a fala, ou uma combinação de várias técnicas, dependendo de fatores como sua idade, grau de surdez, contexto cultural e individualidade. Entretanto, a oralização não é o objetivo em si da comunicação total, mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo (Lacerda, 1998).

Além disso, a tecnologia desempenha um papel importante na comunicação total. Isso inclui o uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares, sistemas de amplificação sonora pessoal (FM), aplicativos de comunicação assistiva e outras ferramentas que podem melhorar a capacidade de uma pessoa com deficiência auditiva de se comunicar (Ciccione, 2013).

A comunicação total é uma abordagem inclusiva, pois se concentra em proporcionar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva um conjunto diversificado

de opções de comunicação para atender às suas necessidades individuais e permitir que elas se envolvam efetivamente na sociedade.

A comunicação total propõe, portanto, a utilização de uma língua em comum, o que parece [...] imprescindível no processo de desenvolvimento infantil. A criança não exposta a uma língua por meio da interação social não é capaz de internalizar todo o instrumental linguístico necessário ao desenvolvimento do seu pensamento, apresentando em consequência, dificuldades cognitivas, como, por exemplo, a impossibilidade de falar sobre assuntos ausentes ou abstratos (Rodríguez, 2001. p, 68).

A comunicação total trabalha simultaneamente com a língua oral e a sinalizada, denominando essa forma comunicativa de bimodalismo. Entretanto, o surdo enfrenta dificuldades para aprender significados quando os ouvintes se comunicam com ele por meio do bimodalismo (uso dos sinais e da fala de forma simultânea). Isso acontece, porque a visão do surdo se sobrecarrega ao tentar ler os lábios do interlocutor, a fim de perceber palavras, e por ao mesmo tempo, olhar os formatos das configurações das mãos.

Essa combinação de língua oral com língua de sinais impede o surdo de perceber e distinguir a estrutura sintática da língua oral e da de sinais. Em decorrência disso, o aprendizado da leitura e da escrita, por exemplo, fica prejudicado (Capovilla, 2000).

Assim, a comunicação total tem aspectos positivos e negativos. Ela ampliou a visão do surdo e da surdez, deslocando a necessidade do surdo ser oralizado e ajudou o processo da utilização dos sinais, mas não a viabilizou suficientemente. Isso só aconteceu com o bilinguismo que teve como foco atender os surdos em sua língua, cultura e aceitando sua forma de agir e pensar.

### **2.2.3 Bilinguismo**

O bilinguismo é a habilidade de uma pessoa falar e compreender duas línguas de forma fluente. Pode se referir tanto à aquisição natural de duas línguas desde a infância, quando a pessoa é exposta a ambas de maneira regular, quanto ao aprendizado de uma segunda língua mais tarde na vida, o que pode resultar em proficiência em ambas as línguas (Fernandes, 2011).

O bilinguismo, segundo Fernandes (2011), pode assumir várias formas, dependendo das circunstâncias individuais. Por exemplo:

1. Bilinguismo Simultâneo: Isso ocorre quando uma criança é exposta a duas línguas desde o nascimento, como em famílias bilíngues. A criança aprende ambas as línguas naturalmente;
2. Bilinguismo Sequencial: Isso acontece quando alguém aprende uma segunda língua depois de já ter adquirido a primeira língua. Pode ser resultado de migração, educação bilíngue ou outras situações;
3. Bilinguismo Equilibrado: Refere-se à habilidade de uma pessoa em falar ambas as línguas em níveis semelhantes de proficiência;
4. Bilinguismo Dominante: Quando uma língua é mais forte e mais utilizada do que a outra.

O bilinguismo pode ter muitos benefícios, incluindo a melhoria das habilidades cognitivas, maior compreensão de diferentes culturas e a capacidade de se comunicar em contextos diversos. É uma habilidade valiosa em um mundo cada vez mais globalizado. Nesse sentido,

[...] os profissionais adeptos desta proposta linguística percebem a importância da língua de sinais no desenvolvimento da criança surda. Mas advertem que a prática do bilinguismo leva à necessidade de compreensão da noção de biculturalismo, ou seja, o surdo, ao mesmo tempo que integra o grupo linguístico e cultural próprio, está exposto a um círculo maior, que também possui língua e cultura próprias, no caso, a cultura ouvinte. Sendo assim, a criança surda que se desenvolve compartilhando a cultura surda e a ouvinte, torna-se inevitavelmente um indivíduo bicultural (Rodríguez, 2013. p, 70).

Segundo Probst (2022), é importante ressaltar que a educação bilíngue consiste na aquisição de duas línguas: Libras e a Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita, enfatizando que a primeira língua será sempre a Libras (L1) e a segunda língua será a Língua Portuguesa (L2), na modalidade escrita. Essa língua primeira só pode fazer parte e dar vida à criança surda, se ela estiver imersa no fluxo de enunciações em Libras.

A escola e as associações são, em geral, os espaços em que se espera a imersão da pessoa surda em sua primeira língua. Por esse motivo, Souza e Lippe

(2012), destacam a importância das escolas de educação bilíngue para as crianças surdas, pois contribuem para que estas tenham um desenvolvimento linguístico (isto quer dizer também cognitivo e afetivo) similar ao das crianças ouvintes.

Recentemente, o bilinguismo ganhou grande destaque com a aprovação da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 (Brasil, 2021), considerada a conquista mais significativa no processo de luta da comunidade surda. Essa legislação altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. A partir de então, previsto no capítulo V-A, artigo 60-A, entende-se que a educação bilíngue como:

[...] modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021, online)

A legislação prevê ainda que a oferta da educação bilíngue deverá ser iniciada na mais tenra idade, com os bebês, na Educação Infantil, e se estenderá ao longo da vida. Na próxima seção abordamos, em maior profundidade, a legislação que trata da educação de surdos.

### 3 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE À EDUCAÇÃO DE SURDOS

A legislação brasileira destinada à proteção da comunidade surda, tem se respaldado nos estudos da área da Educação Especial, apontando a relevância das políticas públicas para fortalecimento das garantias dos direitos à comunidade surda. É pertinente destacar que os documentos têm incentivado nas escolas maior parceria entre família e profissionais da educação, divulgando e ampliando os debates sobre as concepções ideais de ensino.

Nesta perspectiva, no Brasil, a legislação educacional relacionada aos surdos é regida principalmente pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo surdos, em diversos aspectos da vida, incluindo a educação. Além disso, há a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua da comunidade surda brasileira e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso de Libras e a formação de intérpretes de Libras.

Essas leis visam garantir o acesso à educação inclusiva e de qualidade para os surdos, promovendo a utilização de Libras como língua materna e a disponibilidade de recursos de acessibilidade, como intérpretes de Libras e legendas, para facilitar a comunicação e aprendizado.

Além disso, o Brasil possui políticas educacionais específicas, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que busca atender às necessidades individuais de alunos com deficiência e ou necessidades educacionais especiais, dentre esses, os surdos, proporcionando apoio pedagógico especializado (Brasil, 2011).

É importante consultar as leis e regulamentos vigentes para obter informações atualizadas sobre a legislação educacional relacionada aos surdos no Brasil, pois ela pode ser objeto de alterações ao longo do tempo.

Só recentemente passamos a ter legislação destinada especificamente aos surdos. A maioria das legislações brasileiras referentes às garantias de direitos à educação, saúde, trabalho, acessibilidade etc. não contempla diretamente os surdos, mas sim a totalidade das pessoas com deficiência, independentemente de suas particularidades, muitas vezes gerando tensão entre os diferentes segmentos que constituem esse conjunto de pessoas.

Certamente compreendemos que os aparatos legais intensificaram os debates na sociedade acerca da inclusão. Dentre as Leis que contemplam os direitos dos surdos destacamos: Constituição Federal de 1988; Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989; Lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996; Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999; Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000; Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002; Decreto Federal nº 5296 de 2 de dezembro de 2004; Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005; Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011; Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015; e Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021.

Além desse aparato legal, é importante ressaltar a importância da parceria família-escola para que a inclusão se efetive. Nesse sentido, Nogueira (2018) explica que a parceria família-escola propicia melhores condições para se lidar com as dificuldades encontradas pelas pessoas surdas. De acordo com a autora, o distanciamento entre família e escola, cria obstáculos no processo de aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, o papel exercido pelos profissionais da educação pode transformar positivamente vidas das pessoas surdas:

De fato, o professor é o agente principal dessa parceria e deve ser capaz de orientar os pais sobre a deficiência de seu filho, sobre os programas de atendimento disponíveis, sejam eles educacionais, de saúde, psicologia ou assistência social. É de responsabilidade do professor, a orientação sobre a atuação da família em toda a vida do filho com necessidades especiais, daí a necessidade de o professor conhecer a legislação e as políticas públicas que contemplam os surdos (Nogueira, 2018, p. 50).

A autora ressalta que é de suma importância que os professores conheçam a legislação dos direitos dos surdos, pois esses profissionais são elos de comunicação efetivos com as famílias. Além de possuírem o conhecimento teórico-prático, estão de posse da serenidade emocional que as famílias demoram a conseguir, quando se deparam com o imprevisto da chegada de uma criança com necessidades especiais na família. Embora Nogueira apresente essa orientação, entendemos que essa função caberia à equipe pedagógica da escola e não apenas ao professor.

Na próxima subseção, discutimos detalhadamente cada uma das leis apresentadas, bem como a importância das legislações e seus impactos na democratização do ensino, como a garantia da educação para todos, inclusive às

peças com deficiência, assegurando a acessibilidade em todos os locais que oferecem serviços coletivos à população com deficiência.

### **3.1 A Educação de surdos e as políticas públicas do Brasil: fortalecendo a Libras**

Por acreditarmos que seja importante dissertar sobre a educação do surdo e a função exercida pelas políticas públicas, caminharemos nessa subseção, tratando primeiramente da inclusão, pois este processo foi e ainda é um dos elementos cruciais às pessoas surdas. É por meio dos conceitos debatidos na inclusão que as pessoas surdas têm garantias e direitos alcançados nas instituições de ensino.

A inclusão é um dos discursos educacionais atuais mais debatidos, isso porque o tema é uma necessidade para aperfeiçoamento dos profissionais, pesquisadores e comunidade acadêmica. Nesse contexto, apontamos que são muitos os subtemas estudados, fortalecendo essas discussões que têm provocado inquietações no universo educacional e demais comunidades.

Considerando a população surda no Brasil, entendemos quão importante seja o poder público para garantir direitos à população em diversos segmentos sociais. Assim, sinalizamos que segundo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP (2021), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sinalizam que cerca de 5% da população brasileira é composta por pessoas que são surdas, ou seja, esta porcentagem corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda, e portanto, não escutam absolutamente nada.

Figura 7 - Número de pessoas surdas



**No Brasil, aproximadamente 5% da população é surda e, parte desse percentual usa a Libras como auxílio para comunicação, esse número representa 10 milhões de pessoas.**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE<sup>4</sup>.

A Primeira política pública para a educação dos surdos em nosso país pode ser considerada a decisão imperial de 26 de setembro de 1857, quando o governo de Dom Pedro II criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), que adotou e criou a língua de sinais e criada por Ernest Huet. Huet, professor surdo francês, chegou ao Brasil com o objetivo de iniciar a educação dos surdos. Porém, depois da proibição do uso de sinais, definida durante o Congresso de Milão (1880), o INES em 1911 estabeleceu o oralismo como método de educação dos surdos. Atualmente, a filosofia educacional adotada no Brasil é o bilinguismo (Novais, 2023)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual, em diferentes artigos, são garantidos os direitos das pessoas com deficiência, foram propostas políticas para que a atuação dos diferentes órgãos governamentais pudesse estar em conformidade com os dispositivos constitucionais (Brasil, 1988).

<sup>4</sup> Dia Internacional da Linguagem de Sinais procura promover a inclusão de pessoas surdas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas->. Acesso em: 27 ago. 2023.



Apresentamos no quadro 1, as principais Leis que marcaram a vida educacional das pessoas surdas, a partir da Constituição Federal de 1988:

**Quadro 1 - Leis da Educação dos Surdos**

Nome da Lei, Decreto ou outro documento	Descrição da Lei, Decreto ou outro documento	Link de acesso
Constituição da República Federativa do Brasil (1988)	<p>O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.</p> <p>O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.</p>	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>
Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)	<p>Princípios, diretrizes e normas que direcionaram as reformas educacionais de vários países. Medidas para garantir a igualdade de acesso à Educação. Discussão sobre as elevadas percentagens de evasão escolar e resultados de aprendizagem insatisfatórios. E sobre exclusão de muitas pessoas ao acesso à Educação por razões de raça, gênero, língua, deficiência, origem étnica ou convicções políticas. Na Conferência, o Brasil assumiu o compromisso de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas.</p>	<a href="https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990">https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990</a>
Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	<p>Direitos fundamentais inerentes à pessoa humana em condições de liberdade e de dignidade. A nomenclatura aparece no texto como pessoas portadores de deficiência, elas devem receber tratamento especial. Trabalho protegido ao adolescente portador de deficiência.</p>	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm</a>
Conferência Mundial Necessidades Educativas Especiais (1994)	<p>Afirmou o compromisso em prol da Educação para Todos, visando a necessidade de garantir o ingresso das pessoas com deficiência no sistema regular de Educação. Destacou que a pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua Educação. Discutiu programas de apoio para adultos com deficiência que não tiveram oportunidades de estudar na idade correta.</p>	<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf</a>
Portaria nº 1793 (1994)	<p>Tratou da necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com alunos com deficiência.</p>	<a href="http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf">http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf</a>

LDB nº 9.394 (1996)	Educação Especial, como a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência. Sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm</a>
PNL Lei nº 13.005/2014	Aprovou o Plano Nacional de Educação e indicou que o grande avanço da década da Educação deveria ser a construção de uma escola inclusiva. Estabeleceu a cooperação com as áreas de saúde, previdência e assistência social. Necessidade de qualificação dos professores e a adaptação das escolas quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Criação de incentivos e a retirada de todo obstáculo para que os jovens permaneçam no sistema escolar.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/eis_2001/l10172.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/eis_2001/l10172.htm</a>
Decreto nº 3.956 (2001)	Promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Integração plena das pessoas com deficiência à sociedade.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm</a>
Resolução CNE/CP nº 01 (2002)	Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. O egresso do referido Curso deve relacionar as linguagens dos meios de comunicação à Educação nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação. A organização curricular para a formação docente deverá atender as legislações pertinentes, além de preparar para o acolhimento e o trato da diversidade.	<a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf</a>
Resolução CNE/CP nº 01 (2006)	Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia. O egresso deve: possuir domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento de aprendizagens; atuar com ética e compromisso para construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária, demonstrar consciência da diversidade e respeito a ela. Assegurou que o egresso deve estar apto a relacionar as linguagens dos meios de comunicação à Educação, demonstrando domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.	<a href="https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA">https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA</a>
Comitê de Ajudas Técnicas (2006)	Uma das estratégias de acessibilidade que foram promovidas pelo Governo Federal para equiparação de oportunidades e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Inseriu as Tecnologias Assistivas para aprendizagem de alunos com deficiência.	<a href="https://proreabilitacao.com.br/papo-e-cafezinho/demetrio-praxedes-araujo/comite-de-ajudas-tecnicas">https://proreabilitacao.com.br/papo-e-cafezinho/demetrio-praxedes-araujo/comite-de-ajudas-tecnicas</a>
Convenção Internacional das	Os países partes se comprometeram a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos	<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option">http://portal.mec.gov.br/index.php?option</a>

Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (2007)	humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência.	<a href="http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf">=com_docman&amp;view=download&amp;alias=424-cartilha-c&amp;category_slug=documentos-pdf&amp;Itemid=30192</a>
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Orientou os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais garantindo: transversalidade da Educação Especial, atendimento educacional especializado para continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, formação de professores e demais profissionais da Educação, participação da família e da comunidade, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação, articulação intersectorial na implementação das políticas públicas.	<a href="http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf">http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf</a>
Conferência Mundial Sobre Educação Superior (2009)	Aprovou documento intitulado “As novas dinâmicas do Ensino Superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social”, que estabelece orientações para o mundo globalizado. Proporcionou melhores condições para o desenvolvimento das universidades. Apontou a necessidade de construção e o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.	<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=4512-conferencia-paris&amp;Itemid=30192">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=4512-conferencia-paris&amp;Itemid=30192</a>
Decreto nº 7.611 (2011)	Destacou a oferta de Atendimento Educacional Especializado, enfatizando a importância do conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos para a efetiva aprendizagem de pessoas com deficiência. Indicou a estruturação dos núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Educação Superior. Além de assegurar que a União prestará apoio técnico e financeiro.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2011/2014/2011/decreto/d7611.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2011/2014/2011/decreto/d7611.htm</a>
Fórum Mundial da Educação (2015)	Fórum rumo à Educação de qualidade inclusiva e equitativa. Mobilizou todos os países e parceiros em torno dos objetivos de desenvolvimento sustentável sobre a Educação, a fim de garantir oportunidades de uma Educação Inclusiva e de qualidade. Reafirmou que a Educação é um direito fundamental.	<a href="https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por">https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por</a>
Lei nº 13.146 (2015)	Instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Estabeleceu como função do poder público promover a inclusão efetiva no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. Destacou a importância da: construção de projeto pedagógico adequado, oferta de Educação bilíngue, adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novas técnicas pedagógicas, materiais didáticos e recursos de Tecnologia Assistiva, formação e disponibilização de professores, de tradutores e intérpretes da LIBRAS, profissionais de apoio. Oferta de ensino da LIBRAS, do Sistema Braille, entre outras medidas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2015/2018/2015/lei/l13146.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2015/2018/2015/lei/l13146.htm</a>

Resolução CNE/CP nº (2015)	Definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos profissionais do magistério. Indicou como necessária a construção de um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação democrática, justa e inclusiva. Indicou que os cursos de formação devem garantir a inclusão de conteúdos de direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Educação Especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nos currículos dos cursos.	<a href="http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015">http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015</a>
Resolução CNE/CB nº 02 (2019)	Tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Aumentou o tempo do curso e inseriu maior foco na prática. Indicou que os Projetos Pedagógicos dos cursos de formação de professores devem conter marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial. Destacou a aplicação de estratégias diferenciadas de ensino.	<a href="http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file">http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file</a>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2023).

Como pode ser visto no quadro 1, a Constituição Federal do Brasil foi uns dos primeiros documentos que mencionam a importância da educação para todos, incluindo aqui as pessoas com deficiências ou qualquer outra necessidade educativa especial. A partir de então, outros documentos surgiram mencionando a Educação Especial e as garantias das pessoas surdas.

Todavia, concordamos com Oliveira e Yaegashi (2022) quando afirmam que a legislação que ampara a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em nosso país é robusta, uma vez que o Brasil possui inúmeras leis que amparam o público-alvo da Educação Especial. Entretanto, a implementação de políticas públicas para tal finalidade ainda não se efetivou adequadamente. Para que isso ocorra, são necessários investimentos na formação e contratação de profissionais especializados e em recursos pedagógicos para melhor atender as demandas das escolas públicas brasileiras.

### **3.2 Acessibilidade na educação do surdo e Tecnologias de Comunicação e Informação**

Considerando que o estudante surdo está inserido no contexto dos ambientes virtuais, é pertinente discutir como eles têm enfrentado as experiências nas aulas na sala de aula. Nesse sentido é importante destacar as singularidades comunicativas da pessoa surda para além da acessibilidade da Libras. Os surdos aprendem e se comunicam preferencialmente utilizando a Libras, mas sobretudo, seu processo de escolarização passa pelo desenvolvimento da visão.

A comunicação é um fator fundamental no processo de interação social que leva ao aprendizado. Dessa forma, pensar e planejar melhor esse cenário de aprendizagens, passa a ser essencial para garantir que a educação seja pensada também pelas vias práticas, pois é a partir das experiências que podemos transformar as aulas, evoluindo com usos das ferramentas tecnológicas educacionais.

Segundo Fernandes (2006, p. 47), “a Libras é o elemento visual privilegiado na interação, dado o seu caráter linguístico, que substitui a oralidade sem prejuízos.” Sabemos que os surdos não têm nenhum impedimento para receber a Libras, porém eles necessitam de espaços que favoreçam a comunicação em Libras. Os espaços virtuais têm sido territórios de ampliação do conhecimento. Para que o surdo possa adquirir tal conhecimento e que seja capaz de compreender, se comunicar e expressar, há alguns fatores sociais, biológicos e ambientais que precisam ser levados em conta.

As tecnologias atuais têm permitido um aumento da comunicação entre surdos e ouvintes. As pessoas têm cada vez mais utilizado esses recursos para resolver situações corriqueiras. Um bom exemplo é o telemóvel (também conhecido como telefone celular), é difícil encontrar alguém que não possui esse tipo de aparelho, é uma máquina pequena, fácil de manusear e versátil. Entretanto, não queremos enaltecer a ferramenta, nossa função aqui é expor que as pessoas, hoje em dia, escolhem ferramentas práticas e funcionais.

Os aparelhos celulares têm essas propriedades, pois permitem enviar mensagens de texto, imagens, vídeos, além disso, podemos mencionar o benefício com a entrega e o recebimento na comunicação.

Novais (2017) afirma que as tecnologias exercem um papel transformador e marcante na sociedade em geral e na educação. Esse papel está vinculado ao impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e de como as pessoas têm se utilizado delas:

Atualmente, percebemos uma sociedade marcada por um ritmo de transformação acelerado. Tais transformações estão diretamente ligadas às sucessivas inovações da tecnologia, das relações de comunicação e informação, e principalmente, da forma como as pessoas têm se apropriado dos recursos tecnológicos para desenvolver outras convicções de vida, alterando inclusive a cultura que ao longo dos anos vem desenhando nossa história e produzindo o presente (Novais; Costa; Cabau, 2020, p. 190).

As TICs perpassam por diversas instâncias da sociedade, como escolas, setores públicos, hospitais, comércio, dentre outros, revelando as implicações dessas tecnologias nas diferentes práticas sociais. As TICs possibilitam que os indivíduos interajam com outros usuários da rede, que leiam notícias, opinem, reivindiquem, produzam seu próprio conhecimento, divulguem informações e até mesmo se mobilizem coletivamente (Otero; Yaegashi; Kamimura, 2023). Para os autores, a cibercultura tem implicações nas relações interpessoais, no trabalho, na formação profissional, na educação, nas relações de consumo etc. Nas palavras de Yaegashi (2023, p. 53-54),

[...] as vantagens do uso das TICs residem na otimização do tempo, nos deslocamentos simultâneos, na facilitação do intercâmbio de mensagens, na comunicação irrestrita, no acesso *on-line* a serviços essenciais diversos (como bancários), na difusão da educação, inclusive a distância, e na interação digital das pessoas, que passam, ainda que afastadas fisicamente, a compartilhar experiências comuns em tempo real. Contudo, existem barreiras concernentes ao uso das TICs nas atividades, como a questão da exclusão digital (falta de acesso por questões geográficas ou financeiras) e a falta de educação digital.

Nesse contexto, a comunidade surda tem se apropriado das tecnologias. Todavia, tais recursos, não podem comprometer a qualidade de vida daqueles que utilizam, “pois o uso inadequado de alguns movimentos que geram desconforto e insegurança favorece experiências sociais constrangedoras, que podem acarretar o abandono do recurso e a não adesão a novas tecnologias” (Novais; Grandó, 2021).

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na educação do surdo não teve início no interior das sala de aula, a primeira tecnologia utilizada pelos surdos para se comunicar foi através do telefone “especial” para surdos, conhecido por telefone especial para surdos, também chamado como dispositivo TTD (em inglês Telecommunications Device For The Deaf), celular trocando mensagens entre os surdos, poucos chegaram a utilizá-lo, devido o custo, essa ferramenta infelizmente era muito cara. É assustador para

a sociedade a rapidez com que as tecnologias se aperfeiçoam, tais inovações trazem alternativas acessíveis e tem sido uma temática bastante problemática e complexa para a sociedade (Novais; Grando, 2022, p.62).

Destacamos que as tecnologias da comunicação para os surdos ou pessoas com deficiência auditiva permitem o compartilhamento de inúmeros textos escritos, vídeos, imagens, redes sociais, aplicativo de acessibilidade para surdos, capacidade de aproximar as pessoas surdas ou ouvintes e garantir troca de informação. É importante que o surdo tenha compreensão da influência dos recursos tecnológicos que favorecem a comunicação visual, bem como saiba de que forma os utilizar.

Nos últimos anos, têm crescido diferentes debates e opiniões divergentes, sobre o uso do computador e da *Internet*, abrindo uma nova dimensão das possibilidades de comunicação por serem tecnologias acessíveis visualmente, uma vez que os programas e a *internet* exploram os recursos audiovisuais. Aqui devemos ressaltar, o que representa aos alunos surdos, o termo "visualmente", já que sua formação e desenvolvimento se dão por meio das interações visuais. Para os ouvintes, ocorrem mudanças de perspectivas culturais que provocam profundas alterações nos usos e costumes, redefinindo as relações sociais. Tais mudanças ocorrem com o desenvolvimento da sociedade, do conhecimento e da globalização dos saberes, situações que vem exigindo compreensão do mundo cercado por tecnologias (Moran, 2016).

Segundo Mil e Trindade (2019), as pessoas que vivem cercadas de tecnologias, são pessoas imersas em plataformas e mundos diversificados, onde se sentem confortáveis no uso constante de diferentes tecnologias digitais, embora tenham dificuldades em orientar esses conhecimentos em favor das suas próprias aprendizagens.

Vale enfatizar que estamos inseridos em uma sociedade conhecida também como sociedade digital. As pessoas se revelam sujeitos ativos e imprevisíveis quanto ao domínio das novas tecnologias e, sobretudo, quanto ao uso dos seus meios e conteúdo. Na literatura encontramos frequentemente os termos tecnologia educacional, Educação, informática educacional, TICs, Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), novas tecnologias, tecnologias digitais e similares, entre outros termos (Novais; Grando, 2021).

Novais e Grando (2021, p. 54) sinalizam que:

[...] discutir a inserção das novas tecnologias à educação pressupõe pensá-las como ferramentas que provocam modificações nas relações sociais em suas diversas formas – social, móvel e personalizada. Entendendo que elas favorecem o desenvolvimento de variáveis específicas de diálogo, estrutura e autonomia, visto que os surdos têm demonstrado difusão da Libras com o uso das TICs.

No Brasil e na maioria dos países, a população surda é composta principalmente por analfabetos funcionais que escrevem sua língua oral. Todavia, as obras de Libras demandam diversos itens culturais, como câmeras, vídeos, tradutores, intérpretes etc. Mas aos poucos essas dificuldades são gradualmente superadas. Diante dessas exigências, porém, há uma que é essencial para que os surdos iniciem qualquer processo de inserção social e cultural, que é a aquisição de uma língua de sinais. Aprender Libras consiste no primeiro passo para a construção de um sujeito como indivíduo, possuidor de um contexto cultural e identidade própria.

Os surdos precisam de alfabetização múltipla antes mesmo do surgimento de novas tecnologias. A utilização de diferentes linguagens na estrutura do texto é imprescindível na aprendizagem dos surdos. Em especial, a Pedagogia Visual, é um dos elementos essenciais na implementação da prática educativa bilíngue.

Nessa perspectiva, devemos pensar em como são disponibilizados os textos nas aulas/salas virtuais? Esses processos devem estar alinhados em um tripé, composto por texto, imagens e vídeos, pois isso contribui para o aprendizado de pessoas surdas (Campello, 2008).

Para Campello (2008), a Pedagogia Visual consiste em

[...] um novo campo de estudos com uma demanda importante da sociedade que pressiona a educação formal a modificar ou criar propostas pedagógicas pautadas na visualidade a fim de reorientar os processos de ensinar e aprender como um todo e, particularmente, daqueles que incluem os sujeitos Surdos-Mudos (Campello, 2008, p. 10).

Embora o reconhecimento de imagem seja um fator importante no processo educacional e a ênfase nos processos visuais seja frequente, destacamos que há omissão desta necessidade na orientação pedagógica de professores ouvintes, de pesquisadores e estudiosos não surdos. Outro aspecto diretamente relacionado a essa omissão é pensar na surdez como uma deficiência e não como uma diferença.



A partir do exposto, a surdez é vista como algo patológico, algo além da normalidade, e os surdos são caracterizados como incompetentes, em vez de meramente vistos como pessoas que apresentam diferenças de idioma.

Encontrar software e/ou objetos de aprendizagem adequados, para trabalhar com surdos, continua sendo uma tarefa difícil, pois muitas vezes encontramos obstáculos na prática, ocasionando problemas não apenas de cunho técnico, ou seja, aqueles relacionados à utilização da ferramenta tecnológica, mas também problemas na forma como os recursos tecnológicos se apresentam. É preciso atenção nesse sentido, para que os recursos sejam utilizados como ferramentas enriquecedoras, garantindo o pleno desenvolvimento do estudante surdo. Conforme sinalizam Mill e Trindade (2019, p.12-13),

[...] nesses tempos em que o digital tem assumido posição privilegiada (e de controle), parece-nos essencial perceber as suas vantagens e conhecer melhor as suas limitações e desvantagens. Somente assim podemos explorar as potencialidades dessas tecnologias digitais e conceber estratégias de aprendizagem cada vez mais profícuas e motivantes. Nessa perspectiva, é necessário também compreender: como é que, em contexto das Humanidades Digitais, se podem desenvolver cenários pedagógicos transformadores, em que as aprendizagens promovam o desenvolvimento de competências diversificadas, fundamentais para o sucesso neste milênio?

Sobre a aprendizagem do aluno surdo é importante destacar que o sucesso das práticas educacionais em ambientes virtuais, acontece na medida que houver a interação visual, portanto é fundamental, o letramento visual. Os alunos surdos aprendem a partir da observação e interação com as imagens, assim se fundamenta o desenvolvimento cognitivo e do pensamento. A partir da sua capacidade reflexiva articulam-se os conhecimentos, utilizando-se de uma perspectiva processual, são reconhecidos diferentes significados. Portanto, é preciso conhecer os impactos das TICs, sejam eles positivos ou negativos, na busca de compreender todo o potencial da tecnologia na educação dos surdos.

Segundo Lins (2011) é importante refletir como tem sido a inserção do surdo no processo de letramento e acessibilidade nos ambientes virtuais. A autora ressalta que

[...] os sujeitos surdos alijados dos ... processos de alfabetização e letramento no âmbito virtual/digital, como apontam, por exemplo,

Souza, Aguiar e Pinto (2003), sobre a grande parte dos recursos de softwares que não é adequada aos surdos, pois as ferramentas exigem forte conhecimento da Língua Portuguesa e, em alguns casos, da Língua Inglesa. Do mesmo modo, Freire (2003) evidencia que há uma baixa incidência de surdos “letrados” e as interfaces dos softwares não auxiliam no uso independente e produtivo do sistema (Lins, 2011, p. 77).

Assim, mesmo com as tantas tecnologias disponíveis na sociedade, os surdos ainda enfrentam desafios devido às suas peculiaridades linguísticas. Apoiados nesta diversidade, acreditamos que para o processo de aprendizagem em ambientes digitais, devem ser implementados aparatos e cursos que apoiem um maior número de estudantes surdos. É preciso, ainda, que estes tenham um currículo que atenda suas especificidades.

Segundo Campello (2008), o signo visual nascido ou criado culturalmente pela comunidade surda está em constante pesquisa, uma vez que envolve uma dada percepção visual e a construção de ideias e imagens visualizadas, que regem ou se constituem como princípios da língua natural e da modalidade comunicativa, possibilitando a interação comunicativa entre os surdos em um mesmo ambiente linguístico ou distinto deles.

A janela em Libras é um recurso de mediação comunicativa que tem sido muito utilizado nos diferentes meios virtuais de aprendizagem. Vale destacar que a execução da Libras em contextos audiovisuais é prevista na Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2020). Esta foi a primeira norma a tratar da acessibilidade de pessoas com deficiência sensorial audiovisual, mas foi no ano de 2005, com a mobilização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que surgem as primeiras diretrizes gerais para a promoção da acessibilidade na televisão. Essas primeiras iniciativas impulsionaram a acessibilidade da Libras nos diferentes ambientes virtuais, sejam eles espaços de promoção à aprendizagem ou não.

Segundo Campello (2008) compreendemos que a linguagem é fator determinante no processo de aprendizagem e do pensamento. Portanto, a linguagem é imprescindível na formação do pensamento e do caráter humano. Para que o aprendizado aconteça é preciso que a comunicação esteja estabelecida entre quem ensina e quem aprende.

Dessa forma, é preciso pensar como devem ocorrer as experiências dos surdos nas aulas virtuais, pois a prática da visualidade, é condição estabelecida pela

Pedagogia Visual. Portanto, os surdos internalizam os conceitos de modo subjetivo, pois as aulas virtuais são marcadas pela presença de imagens e pelos discursos visuoespaciais, que precisam ser assimilados pelos surdos.

O que percebemos sensorialmente pelos olhos é diferente quando se necessita interpretar e dar sentido ao que estamos vendo. Por isso, as formas de pensamento são complexas e necessitam a interpretação da imagem-discurso. Essa realidade implica re-significar a relação sujeito conhecimento principalmente na situação de ensinar e aprender (Campello, 2008, p.14).

Trazemos aqui algumas reflexões no tocante à "experiência visual", que determina como os surdos aprendem, bem como o sucesso com o processo de ensinar e aprender envolvendo o uso das TICs. Nossa preocupação se assegura em saber se nas aulas com os recursos tecnológicos os surdos conseguem criar estratégias para lidar com os indícios visuais. Vale destacar que para os surdos, esse é um processo complexo que exige alguns cuidados e muita concentração.

A fala ou os sinais são expressões de diferentes línguas. No caso dos surdos, no Brasil, a língua é a Libras. Dessa forma questionamos: Como os surdos percebem e analisam o uso da Libras nas aulas, dentro dos contextos virtuais de aprendizagens? O tamanho da imagem do intérprete é ideal para garantir a qualidade comunicativa no momento da interpretação? Os surdos conseguem compreender os sinais de forma clara e objetiva? Quais os fatores que interferem na qualidade da sinalização e na percepção interpretada nas salas de aulas virtuais?

Para responder a essas questões, é preciso compreender que há indicadores que nos permitem refletir acerca de cada uma delas. A partir deste paradigma, faz-se necessário compreender na atualidade, como o cenário globalizado e informatizado tem aproveitado e viabilizado o conhecimento. O que se evidencia, é uma nova possibilidade do fazer pedagógico, seja nas práticas de sala de aula ou por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem, com a utilização de ferramentas legitimadas pelos materiais pedagógicos, veiculados à educação, aproveitando os artefatos do mundo social atual. As TICs e a *internet* permitem a construção de ambientes virtuais de aprendizagem através dos quais a comunicação didática, ou seja, de cunho pedagógico, pode ocorrer tanto na educação a distância como nas aulas presenciais (Novais, 2017).

Na atualidade, temos um grande desafio com a implantação do uso de recursos tecnológicos. O fato de os alunos dominarem as TICs, não significa que saibam utilizá-las para fins educacionais, ou seja, estabelecendo criteriosamente a função de transformar informações em conhecimento. Nessa ótica, é importante ensinar e aprimorar no aluno sua subjetividade, ativando sua autonomia, a fim de que por si só, ele se torne proativo e aprenda a ser crítico (Novais, 2017).

Considerando a organização do sistema educacional brasileiro, acreditamos que não se pode ignorar que é impossível pensar em mudanças na forma de ensinar as pessoas surdas sem considerar a força social e histórica, assim como a concepção de representação dos reflexos que norteiam as realidades sociais e a formação do indivíduo nesse cenário. A produção sociocultural da existência humana se deu por meio do produto de suas representações, de suas ideias, da teoria e da ciência (Novais, 2017).

Portanto, é necessário assegurar uma organização curricular cujo desafio se insere no desenvolvimento das competências necessárias em que, tanto o docente quanto o discente sejam capazes de introduzir práticas de metodologias ativas em sala de aula, como as TICs.

#### 4 REPRESENTAÇÕES, VALORES E CULTURA SURDA: ONDE TUDO COMEÇA

Nesta seção abordamos o desenvolvimento do psiquismo e o papel da família e da escola na constituição da identidade do indivíduo surdo. Entretanto, consideramos importante fazer uma breve introdução sobre o que vem a ser cultura surda e os demais conceitos associados a ela.

Para o melhor entendimento sobre o que é a cultura surda, devemos, primeiramente, compreender o que é cultura. Sendo assim, ao analisar o conceito de cultura na Antropologia, o estudioso e pioneiro na área, Edward Taylor, relata que o termo cultura, “em seu amplo sentido etnográfico, [...] inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Taylor, 1971, p.7).

Portanto, a cultura surda é caracterizada pelos costumes presentes nas comunidades surdas e pelos artefatos culturais. Além disso, Strobel (2009) ressalta que para compreender a cultura surda é preciso entender que há conceitos essenciais: o de povo surdo e de comunidades surdas:

[...] o povo surdo é considerado um grupo de indivíduos que compartilham a mesma língua que por sua vez é a Libras, histórias, costumes, tradições, valores, sentimentos e interesses semelhantes, enfim, uma origem em comum, um código ético visual e a falta da audição.

[...] As comunidades surdas são essenciais nas vidas do povo surdo, pois os auxilia a se posicionar perante a sociedade, sua identidade e cultura, ocorrendo trocas de ideias e pensamentos sobre os aspectos desta cultura, podendo também haver muitas vezes nesse meio de identificações entre os sujeitos participantes (Strobel, 2009, p. 19).

A compreensão desses conceitos nos possibilita entender no que consiste a cultura surda e como é o funcionamento da relação social entre o povo surdo e as suas trocas de experiências, sendo um fato de extrema relevância para a formação de uma identidade. A autora também explica que dentro de uma comunidade surda existem artefatos culturais que auxiliam na formação deste grupo, quais sejam: a experiência visual, a Libras, grupo familiar, literatura surda, vida social e esportiva, arte, política e material.

Em relação à compreensão de cada um desses artefatos, Strobel (2009) explica cada uma delas: Experiência visual: remete a como os indivíduos veem o mundo por meio da visão; Libras: é o recurso linguístico utilizado para a comunicação entre e/ou com o povo surdo; Grupo familiar: a autora retrata que a maioria dos indivíduos surdos, nascem em uma família de ouvintes, fato que complica a aquisição da Libras; Literatura surda: se refere à criação de obras literárias que utilizam a língua de sinais; Vida social: diz respeito à interação com o povo surdo através de associações; Vida esportiva: são os esportes formados apenas por indivíduos surdos; Arte: são os elementos artísticos feitos pelos surdos; Política: se refere aos movimentos sociais em busca de direitos e do reconhecimento da cultura surda; Materiais: por fim, os materiais consistem nos elementos tecnológicos que auxiliam no dia a dia do povo surdo, proporcionando a acessibilidade.

Strobel (2009) expõe que os artefatos culturais são essenciais para a interação entre o povo surdo na comunidade, contribuindo para a formação de uma identidade, ou seja, os artefatos constituem uma sensação de pertencer à comunidade surda. A autora dá ênfase a um artefato específico que é a experiência visual. Em suas palavras,

[...] experiência visual significa a utilização da visão, em substituição total à audição, como meio de comunicação. Dessa experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia, de leitura (Strobel, 2009, p. 39).

Strobel (2009) nos mostra que as comunidades surdas se organizam a partir daquilo que é de sua própria característica, daquilo que torna a cultura única, como por exemplo, o uso da língua de sinais como um instrumento de comunicação. Ao averiguar o que é a identidade surda, encontramos vários autores que discorrem sobre o tema.

Para Perlin (2015), as identidades são plurais, múltiplas, se transformam, não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes. Podem inclusive ser contraditórias, uma vez que não são algo pronto. Nesta perspectiva, Perlin (2015) afirma que há cinco tipos de identidade surda: identidades surdas, híbridas, de transição, incompletas e flutuantes.

No que se refere à 'identidade surda', neste grupo estão inclusos os surdos que utilizam a experiência visual plena. A 'identidade híbrida' consiste em pessoas que nasceram ouvintes, mas por alguma ocorrência se tornaram surdas, utilizando tanto da língua portuguesa, na modalidade oral, quanto a Libras para se expressarem. A 'identidade de transição' engloba os surdos que por muito tempo e até mesmo por pressão se mantiveram presentes apenas no mundo ouvinte. A identidade incompleta é caracterizada por indivíduos que foram totalmente privados de participar da cultura surda. Por fim, a "identidade flutuante" diz respeito àqueles que não aceitam a cultura surda.

Vemos que existem vários tipos de identidades surdas, por essa razão, é de extrema necessidade compreender e/ou conhecer cada uma, pois são bastante complexas. Perlin (2015) discute que para a construção dessas identidades, é fundamental entender que elas são constituídas por diferentes papéis sociais. Este fato implica em uma grande diversificação nas comunidades surdas e, conseqüentemente, pode contribuir para a construção das culturas surdas e da identidade.

Conhecemos nas subseções anteriores que ao longo da história humana, as pessoas surdas estiveram por muito tempo à margem da sociedade, ocasionando a estigmatização deste grupo. De acordo com Santana e Bergamo (2009), a comunidade surda realizou um grande esforço para interagir com os ouvintes, e estes, por discriminarem os surdos, acabaram contribuindo para a segregação deste grupo.

A compreensão desses fatos nos possibilita entender no que consiste a cultura surda e como é o funcionamento da relação social entre o povo surdo e as suas trocas de experiência, sendo isso de extrema relevância para a formação de uma identidade.

Na próxima subseção discorreremos sobre o desenvolvimento do indivíduo surdo e sua relação com a teoria histórico-cultural.

#### **4.1 O desenvolvimento do surdo e sua relação a Teoria Histórico-Cultural**

A Teoria Histórico-Cultural, segundo Rego (1995), tem como projeto principal estudar os processos de transformação do desenvolvimento humano na sua dimensão filogenética, histórico-social e ontogenética. Para a autora, a abordagem teórica analisa a experiência das pessoas propondo a valorização da cultura e das experiências como uma forma legítima de existência e conhecimento. A autora afirma

que a obra de Lev Semionovitch Vygotsky (1896-1934) tem particular importância, pelo fato dele ser o primeiro psicólogo moderno a sugerir os mecanismos da cultura e por acreditar que a mesma seja parte da natureza de cada pessoa.

Para Vygotsky, citado por Góes “[...] os processos humanos tem gênese nas relações sociais e devem ser compreendidos em seu caráter histórico-cultural” (p.56). Afirma o teórico que “[...] as leis gerais do desenvolvimento são iguais para todas as crianças”, mas argumenta que “[...] há peculiaridades na organização sociopsicológica da criança com deficiência e que seu desenvolvimento requer caminhos alternativos e recursos especiais” (Góes, 2002, p. 99). Neste sentido, verifica-se que as experiências humanas são imprescindíveis na formação do indivíduo e que essas experiências precisam estar acessíveis a todos, uma vez que, as interações sociais fortalecem os processos humanos e que a partir deles, nos constituímos como pessoas. Assim, ao agir no mundo, as pessoas, como seres sociais, desenvolvem diferentes capacidades, se tornando novos sujeitos históricos.

Conforme destaca Vygotsky em seus estudos, o desenvolvimento é um percurso permeado por rupturas e, caminhos alternativos de desenvolvimento surgem, sempre que houver obstáculos aos caminhos diretos. Isso significa que o indivíduo recorrerá a caminhos indiretos sempre que os caminhos diretos não estiverem disponíveis. A título de exemplo, o teórico destaca que em se tratando de cegueira, a escrita visual é substituída pela escrita tátil (sistema Braille) e que no caso da surdez, a dactilologia permite a substituição dos signos sonoros do alfabeto, por signos visuais/posição das mãos (Vygotsky, 2011).

Tendo como base estes princípios, compreendemos que para Vygotsky (1991) os aspectos sociais, históricos e culturais são determinantes para a formação do indivíduo, de forma que, nessa formação, a experiência social, histórica, cultural e a sua compreensão sobre estas no seu meio, são indissociáveis.

Neste contexto, Rego (1995, p. 95) ressalta que do ponto de vista de Vygotsky o desenvolvimento humano é compreendido

[...] não como a decorrência de fatores isolados que amadurecem e nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas sim através de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio cada aspecto influenciando sobre o outro.



Portanto, depreendemos que as características de cada indivíduo se constituem a partir da constante interação com o meio e, certamente ocorrem modificações nas dimensões interpessoal e cultural, devido às relações com o mundo físico e social e dependendo das condições concretas de acesso ao conhecimento construído no decorrer da história. Segundo Santos e Meirelles (2017), a perspectiva histórico cultural é marcada por uma rede de significados e subjetividades que regem a vida individual e coletiva e que, por sua vez, impactam e modificam também os campos da educação e inclusive da saúde das pessoas.

De acordo com Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano está contextualizado histórica e culturalmente. Assim, em sua compreensão sociocultural do desenvolvimento, os termos 'cultura' e 'desenvolvimento cultural' referem-se ao uso de símbolos culturais que podem modificar e facilitar o progresso do pensamento individual e coletivo. Nesse sentido, são fundamentais os caminhos alternativos, descritos por Vygotsky, como forma de possibilitar o acesso do indivíduo surdo aos bens culturais, o que fica viabilizado, principalmente, pela língua de sinais e participação/presença de tradutores intérpretes.

Segundo Vygotsky (1991) e Strobel (2008a), a relação do homem com o mundo é mediada por um sistema de artefatos e símbolos que são criados pelas sociedades no decurso da história. Nisso concordamos com os autores e entendemos que esses artefatos e símbolos, precisam estar disponíveis e acessíveis a todos, incluindo aqui os indivíduos surdos, de forma que possam apropriarem-se e internalizá-los.

Como visto na literatura, por muito tempo, em diferentes países, a educação dos surdos foi baseada em métodos oralistas, que focavam na oralização e na supressão da língua de sinais, o que desencadeou um sentimento de alienação e exclusão entre a comunidade surda.

No contraponto disto, pode ser conferida a relação que as pessoas surdas têm com a sua língua – a língua de sinais - quanto aos aspectos linguísticos. No que se refere à relação entre essa língua e a Teoria Histórico-Cultural, observa-se que o reconhecimento da existência de uma cultura surda, com sua língua própria (a Língua de Sinais), sistemas de valores, tradições e práticas sociais é uma conquista importante para a comunidade surda e para a sociedade em geral. Principalmente, porque como afirmam Pessôa e Quadros (2021), a cultura surda não se baseia apenas na deficiência auditiva, mas em uma identidade cultural própria, com gramática própria, conhecida por sua abordagem visual-espacial, valores e normas sociais.

As referidas autoras argumentam que a língua de sinais - no caso do Brasil, a Libras - é a principal forma de comunicação utilizada pela comunidade surda. Vale destacar que a Libras possui estrutura gramatical própria, expressa através de sinais manuais, expressões faciais e movimentos corporais. Além da língua, a cultura surda é caracterizada por sistemas de valores e tradições específicas. Por exemplo, há um forte senso de comunidade entre os surdos, e eles frequentemente se reúnem em eventos culturais, como peças teatrais em Língua de Sinais ou competições esportivas específicas para surdos.

As práticas sociais são diferentes na cultura surda. Por exemplo, a comunicação visual é enfatizada e os gestos (movimentos/sinais), que são usados para se comunicar. Também existem normas de comportamento específicas para interações sociais entre surdos, que ocorre justamente pela socialização da língua natural dos surdos, refletindo as subjetividades sociais e identitárias (Quadros, 1997).

Nesta linha de pensamento, para Fernandes (2017), reconhecer a existência da cultura surda é fundamental para promover a inclusão e entender as necessidades e experiências únicas dessa comunidade. Isso implica em garantir que a Língua de Sinais seja reconhecida e respeitada como uma língua legítima, proporcionando acesso a serviços de tradução e interpretação em eventos e instituições públicas, bem como promovendo a educação bilíngue para crianças surdas.

Ao reconhecer e valorizar a cultura surda, podemos trabalhar para eliminar as barreiras sociais e promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todos. A visão da surdez como uma identidade cultural, ao invés de uma deficiência que precisa ser corrigida ou curada é conhecida como visão do modelo sociocultural da surdez. Essa perspectiva considera a surdez como uma forma válida de experiência humana, com sua própria língua (a língua de sinais) e uma comunidade culturalmente rica (Gomes, 2004).

Para Strobel (2016), como já afirmado anteriormente por outros pesquisadores, de acordo com essa visão, ser surdo não é uma condição que precisa ser corrigida ou curada, mas sim uma parte integrante da identidade de uma pessoa surda, uma vez que a comunidade surda possui uma linguagem própria, história, tradições e visões de mundo, e além disso, muitos surdos se identificam como parte dessa comunidade.

Partindo dessa premissa, a perspectiva cultural apontada por Strobel, desafia as visões médicas ou patológicas da surdez, que a consideram como uma deficiência a ser tratada e corrigida. A autora enfatiza a importância de garantir igualdade de

acesso e oportunidades para pessoas surdas, reconhecendo e valorizando sua identidade cultural. Isso implica reconhecer a língua de sinais como uma língua completa e independente, com sua própria gramática e estrutura, e que promove o ensino e a comunicação.

Assim percebemos que também envolve respeitar e valorizar a diversidade da experiência surda, incluindo a promoção de representatividade e inclusão da comunidade surda em diferentes esferas da sociedade. Contrapondo a ideia de cultura, em que o sujeito para viver em sociedade precisa ouvir e falar. “Estas representações imaginárias estão equivocadas. Os povos surdos não vivem isolados e incomunicáveis, simplesmente os sujeitos surdos têm seus modos de agir diferentes dos de sujeitos ouvintes” (Strobel, 2016, p. 22).

Essa visão cultural da surdez não nega os desafios que as pessoas surdas enfrentam no mundo predominantemente auditivo, mas busca empoderá-las e promover uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação à surdez. É um chamado para quebrar estereótipos, eliminar barreiras e reconhecer a surdez como uma identidade cultural válida e enriquecedora (Araújo e Lacerda, 2008).

A crença de que a linguagem de sinais é uma forma legítima de comunicação e que o desenvolvimento linguístico adequado é essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos surdos é uma visão amplamente aceita na comunidade surda e na área da surdez. Acredita-se que a linguagem de sinais seja uma língua natural das pessoas surdas e é considerada uma forma completa e legítima de comunicação (Reis, 1997).

Essa crença se baseia na compreensão de que a linguagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de todas as pessoas, incluindo os surdos. Dessa forma, negar a linguagem adequada às pessoas surdas, seja ela a língua de sinais ou qualquer outra língua, pode limitar seu desenvolvimento pleno (Reis, 1997).

A língua de sinais permite que as pessoas surdas tenham acesso à informação, expressem seus pensamentos e emoções, interajam uns com os outros e se engajem plenamente na sociedade. Além disso, a língua de sinais desempenha um papel importante no cultivo da identidade surda, na promoção da autoestima e na formação de conexões sociais (Reis, 1997).

O desenvolvimento linguístico adequado é especialmente importante durante a infância, quando as bases cognitivas, sociais e emocionais estão em formação. Um

ambiente linguisticamente rico e apropriado para a criança surda, que compreenda e valorize a língua de sinais, pode proporcionar uma base sólida para seu desenvolvimento geral (Araújo; Lacerda, 2008).

A crença na importância da língua de sinais e do desenvolvimento linguístico adequado para o desenvolvimento dos surdos tem sido corroborada por pesquisas científicas. Estudos mostram que crianças surdas expostas precocemente à língua de sinais tendem a apresentar melhor desempenho cognitivo, linguístico e acadêmico do que aquelas que não são expostas a ela.

Atualmente, existem diferentes abordagens educacionais para os surdos, incluindo a perspectiva bilíngue-bicultural que prioriza a língua de sinais e a inclusão da cultura surda. Essas abordagens reconhecem a importância da língua de sinais e do desenvolvimento linguístico adequado para o bem-estar e o sucesso dos surdos tanto na escola quanto na sociedade em geral (Araújo, Lacerda, 2008).

A valorização da cultura surda como uma fonte de conhecimento e uma perspectiva única para entender a sociedade e a cultura em geral é um aspecto importante da promoção da diversidade e da inclusão. A cultura surda é um conjunto de valores, tradições, linguagem e experiências compartilhadas por pessoas surdas e suas comunidades.

Strobel (2016), Quadros (1997) e Fernandes (2011) concordam que na cultura surda é preciso considerar os aspectos, conforme detalhado no quadro 2:

### Quadro 2 - Aspectos da Cultura Surda

- **Língua de Sinais:** A língua de sinais é a principal forma de comunicação para muitas pessoas surdas. Cada país tem sua própria língua de sinais, como a Libras (Língua Brasileira de Sinais) no Brasil e a American Sign Language (ASL) nos Estados Unidos. Essas línguas têm gramáticas e estruturas próprias, e são essenciais para a expressão cultural e identidade da comunidade surda;
- **Identidade Cultural:** A cultura surda é uma parte fundamental da identidade de muitas pessoas surdas. Ela inclui valores como o orgulho na surdez, o respeito pela história e as conquistas da comunidade surda, bem como a promoção da inclusão e acessibilidade;
- **História e Conquistas:** A história da comunidade surda é rica e inclui personagens notáveis, como Charles Michel de L'épée e Thomas Gallaudet, que desempenharam papéis importantes no processo de valorização da educação para surdos. A cultura surda também tem suas próprias conquistas artísticas, literárias e esportivas;

- **Compreensão da Experiência Surda:** Valorizar a cultura surda significa reconhecer que a surdez não é uma deficiência a ser corrigida, mas uma identidade válida. Isso envolve entender os desafios únicos que as pessoas surdas enfrentam, bem como suas perspectivas e contribuições valiosas para a sociedade;
- **Inclusão e Acessibilidade:** A promoção da cultura surda também envolve a defesa da inclusão e acessibilidade. Isso pode incluir a garantia de que as pessoas surdas tenham acesso a serviços de intérpretes de língua de sinais, legendas em vídeos e outras formas de comunicação que atendam às suas necessidades;
- **Educação Bilíngue:** Muitas comunidades surdas defendem a educação bilíngue, que combina o ensino da língua de sinais e da língua escrita do país. Isso permite que as crianças surdas desenvolvam suas habilidades linguísticas em ambas as línguas e participem plenamente da sociedade;
- **Reconhecimento Legal e Político:** Assim como em muitos países, no Brasil, houve avanços na legislação e políticas que reconhecem e protegem os direitos das pessoas surdas, bem como a importância da cultura surda.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A luta pela inclusão e pela igualdade de oportunidades para os surdos, incluindo o acesso à educação e aos serviços de saúde em sua própria língua e cultura é uma batalha importante que está sendo travada em todo o mundo. Os surdos enfrentam diversas barreiras sociais, econômicas e linguísticas que dificultam sua participação plena na sociedade (Strobel, 2016).

Uma das principais demandas dos surdos é o acesso à educação em sua própria língua, a língua de sinais. Muitas vezes, o ensino é ministrado apenas na língua majoritária do país, o que exclui os surdos e dificulta seu aprendizado. Garantir a educação inclusiva e de qualidade para os surdos é fundamental para sua formação e desenvolvimento pessoal (Fernandes, 2017).

Além disso, os surdos também enfrentam desafios no acesso aos serviços de saúde. Muitas vezes, os profissionais da saúde não são capacitados para se comunicar de forma efetiva com os surdos, o que prejudica o atendimento e a compreensão dos problemas de saúde que enfrentam. É importante garantir a capacitação dos profissionais da saúde para atender adequadamente essa população e promover a inclusão nas políticas de saúde (Fernandes, 2017).

A luta pela inclusão e igualdade de oportunidades para os surdos também envolve a quebra de estigmas e preconceitos. Muitas vezes, os surdos são vistos como incapazes ou deficientes, o que dificulta sua inclusão em diversos aspectos da

sociedade. É necessário promover a conscientização e a sensibilização da população em geral para que as pessoas com deficiência auditiva sejam tratadas com respeito e tenham as mesmas oportunidades que qualquer outra pessoa (Fernandes, 2017).

Assim, a luta pela inclusão e igualdade de oportunidades para os surdos é fundamental para garantir seus direitos humanos básicos. Através do acesso à educação e aos serviços de saúde em sua própria língua e cultura, os surdos poderão se desenvolver plenamente e participar ativamente da sociedade. Tal situação desafiadora, requer ação coletiva e a mobilização de todos os setores da sociedade para garantir a inclusão e a igualdade para os surdos (Strobel, 2016).

O entendimento a que chegamos é de que a marginalização e a opressão enfrentadas pelos surdos são resultantes de atitudes e sistemas sociais que privilegiam a audição e a fala, e que a mudança social é necessária para combater essas desigualdades.

#### **4.2 A família como matriz de identidade da criança surda**

É na família que se inicia a socialização da criança, nela as pessoas organizam conceitos e buscam a maturidade por meio da interação entre seus membros, por esse motivo, as maneiras de educar são incessantes. Trata-se de um processo que vai do nascer ao morrer, sendo a família considerada, geralmente, a principal responsável pela formação do caráter de uma pessoa.

Gomes (1994) coloca a família como agente primário de socialização, possuindo regras que regulam o seu funcionamento. As primeiras relações de afeto dos filhos são provenientes dos pais, e esse convívio será responsável por futuros comportamentos no meio social, possibilitando ou não a sua adaptação. A família contribui para que o filho tenha uma aprendizagem mais humana, forme uma personalidade única, desenvolva sua autoimagem e se relacione com os demais.

Knobel (1992), por sua vez, ao se referir à família, nos apresenta que esta, ao interagir com os filhos, ajuda a formar a sua personalidade, determinando as características sociais. Muitos fenômenos sociais são percebidos e examinados em função de características da família. Nesse momento de troca, a família está inserida na construção de um estado de maturidade que se dá por meio da convivência com os filhos. As atitudes e comportamentos dos pais e demais membros familiares,

expressos por suas interações, têm um impacto decisivo no desenvolvimento psicossocial de um filho.

A família age não só no sentido de amparar física, emocional e socialmente os seus membros, mas também ao esclarecer o que é melhor ou pior para seu crescimento, cabendo a ela a responsabilidade de proporcionar a qualidade de vida que a compõe. Para Motta *et al.* (2003), os cuidados oferecidos pela família constituem estratégias que favorecem o desenvolvimento humano à medida que proporcionam amor, afeto, proteção e segurança dentro de um espaço de inclusão e acolhimento aos filhos.

A família enfrenta muitas dificuldades para aceitar a deficiência. Quando os pais recebem o diagnóstico de deficiência do filho, eles ficam confusos e começam a buscar justificativas sobre o porquê de eles terem sido os escolhidos (Almeida, 1993). Não raramente negam o fato, ou seja, recusam-se a ver e admitir a deficiência do filho, buscando, na maioria das vezes, um atendimento tardio, o que pode prejudicar o desenvolvimento da criança e de suas habilidades linguísticas e comunicacionais.

Passando essa fase, os pais enfrentam, segundo Almeida (1993), a fase da negociação: uma espécie de compensação, em que tentarão encontrar estratégias para a melhoria das condições de vida de seu filho com deficiência. Essa situação ainda poderá, mais adiante, seguir para outros estágios, desencadeando, outros sentimentos, como a raiva, a depressão e a aceitação. Raiva pela falta dos resultados esperados, raiva do outro (médico, professores e demais profissionais), pela falta de colaboração e por não ver amenizada a deficiência do filho.

A depressão surge normalmente em decorrência da falta de adaptação à condição. Uma vez que os pais já estejam conscientes da deficiência do filho, acaba ocorrendo a aceitação. A surdez, é considerada "invisível", ou seja, não é compreendida pelos ouvintes, mas tem uma interferência enorme no desenvolvimento social, educacional e emocional do indivíduo surdo (Vagula; Vedoato, 2014).

Para melhor compreender o papel da família no cuidado a uma criança surda, é essencial considerarmos os vários subsistemas componentes da família, que são independentes e desenvolvem relações únicas, e que todos os membros, inclusive a criança, influenciam e alteram esse sistema.

A família é um sistema complexo que possui vários subsistemas, como pais, irmãos, avós, tios, primos, entre outros. Cada um desses subsistemas desenvolve

suas próprias relações e dinâmicas internas, mas também estão interligados e influenciam uns aos outros (Brito; Dessen, 1999).

Quando falamos de cuidado para uma criança surda, é importante considerar como cada membro da família contribui para esse cuidado. Os pais são essenciais na criação de um ambiente que seja inclusivo e estimulante para o desenvolvimento da criança surda. Eles podem buscar apoio de profissionais especializados e buscar maneiras de promover a comunicação e a aprendizagem da criança, como a língua de sinais.

Os membros de toda família podem ser os primeiros a se comunicar com a criança surda, o papel exercido pelos irmãos, por exemplo, pode auxiliá-la na sua socialização e na sua participação no meio familiar. É fundamental que os irmãos também recebam apoio e compreensão por parte dos pais, para que possam entender as necessidades e os desafios que a criança surda enfrenta, e para que possam se envolver ativamente nesse processo de cuidado. Os outros membros da família (avós, tios e irmãos) também são atingidos pelo nascimento de uma criança com anomalia. Para Brito e Dessen (1999), é preciso ter um olhar cauteloso, quanto ao irmão de uma criança que necessita de cuidados especiais, pois esse irmão pode sentir dificuldades para compreender o motivo das dificuldades do bebê, chegando a se sentir culpado por ser saudável e o irmão ser especial.

Além disso, os autores pontuam que é necessário considerar como a criança surda influencia e altera o sistema familiar. Ela possui suas próprias necessidades e formas de se comunicar, o que pode exigir que toda a família se adapte. Isso significa que todos os membros da família precisam estar dispostos a aprender sobre a surdez e a buscar formas efetivas de comunicação com a criança, respeitando suas particularidades e proporcionando um ambiente inclusivo (Brito e Dessen, 1999).

Segundo Ribeiro e Barbosa (2019, p.44):

Fica claro que a apropriação da Libras em idade adequada é fator determinante para a igualdade de condições entre a educação de surdos e ouvintes e o espaço escolar. De acordo com o Censo Escolar MEC/INEP de 2010 [...], de um total de 70.823 estudantes surdos ou deficientes auditivos, 52.500 estão matriculados em escolas comuns de ensino regular, perfazendo um total de 74% dos alunos em processo educacional pautado pelo modelo proposto pelas políticas da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva [...], segundo o qual, porém, corre-se o risco de incorrer em práticas em que a Libras é tratada como instrumento acessório à escolarização do



surdo, utilizada apenas de forma complementar ao seu desenvolvimento infantil e nos anos iniciais de escolarização.

Portanto, é importante ressaltar que o papel da família no cuidado a uma criança surda requer uma análise minuciosa dos diversos subsistemas familiares e de como eles se relacionam entre si. Dessa forma, as interações entre cada membro da família e a criança surda, bem como da escola e a criança surda são fundamentais para promover um ambiente acolhedor, inclusivo e favorável ao seu desenvolvimento.

A criança, portanto, não é mera receptora dos padrões sociais oriundos do meio ambiente. Assim, a despeito do fato de que a vinda de uma criança com deficiência constitui uma fase crítica, isso exige adaptações e o estabelecimento de novas prioridades na família (Brito; Dessen, 1999).

Não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento da criança é resultante do empreendimento conjunto entre ela e o adulto, que dela cuida e que as interações e as relações com as pessoas e os sistemas sociais têm um papel crucial para as aquisições e para a construção de formações psicológicas cada vez mais sofisticadas.

Uma boa aliança familiar, segundo Brito e Dessen (1999), é fundamental para a aceitação do deficiente no seio familiar. Mas para que isto ocorra faz-se necessário o estabelecimento de uma interação efetiva, o que é favorecido pelo estabelecimento do diagnóstico precoce da surdez e, conseqüentemente, da adoção, o mais cedo possível, de um adequado processo de comunicação entre a família e a criança surda.

Existem poucos estudos referentes às necessidades percebidas pelas famílias de surdos. As referências encontradas geralmente tratam de conteúdos relacionados à linguagem, à escrita ou à cultura do surdo. Com relação às necessidades percebidas pelas famílias, é importante considerarmos que, segundo Waidman e Elsen (2004), os seres humanos são dotados de particularidades, visto que cada indivíduo possui sentimentos, condições financeiras, cultura e crenças específicas.

Independente da vontade, essas particularidades variam de pessoa para pessoa e de família para família. Ao realizarem um estudo sobre a convivência da família com o surdo, Oliveira *et al.* (2004) pontuaram que, além das famílias variarem de acordo com o momento e com o ciclo de vida que vivenciam, elas se diferenciam pelo fato de que os membros doentes ou com algum problema fogem dos padrões de

normalidade em relação às famílias cujas vidas seguem um curso sem doenças ou intempéries.

Segundo Oliveira *et al.* (2004), é daí que surge a necessidade de perceber a família em sua dinâmica, como uma configuração na qual um conjunto de forças se completa e se sintoniza em constante dialética, ciente de que essas forças serão ainda maiores na dinâmica de uma família que possui uma criança com deficiência. Além disso, cabe lembrar que mesmo nessas famílias as necessidades costumam modificar-se à medida que novas conquistas vão sendo alcançadas e adaptações vão se concretizando nesta trajetória.

Em se tratando de necessidades das famílias dos surdos, elas são várias. Os próprios surdos e seus familiares indicam isto ao solicitarem informações sobre a deficiência, orientações em relação aos comportamentos que a família deve ter frente a sua realidade e as possíveis formas de lidar com a situação em família (causas, consequências) e em relação ao aprendizado da língua de sinais. Lora (1984) e Fernandes (2004) consideram a participação da família extremamente importante para a aquisição da identidade do surdo.

Brito e Dessen (1999), ao discorrerem sobre a criança surda e suas interações e relações familiares, observaram que existe uma escassez de pesquisas na área da surdez, principalmente com essa abordagem. Mesmo assim, as autoras constataram que a interação e a relação dos surdos com os familiares, com companheiros e com seu(s) professor(s) é de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento socioemocional do indivíduo com deficiência e de seu processo de adaptação ao mundo.

Os autores referidos também verificaram a relevância da comunicação entre mãe e filho e o quanto esse diálogo é interativo. Um estudo sobre a conversação entre crianças surdas e seus familiares, durante a refeição, mostrou que os tipos de trocas verbais ou gestuais influenciam na participação dos indivíduos com deficiência em conversas domésticas, estabelecendo um ponto importante para o desenvolvimento das interações familiares (Brito; Dessen, 1999).

Guarinello (2000), ao pensar sobre a comunicação entre pais e filhos, atenta para o fato de que essa capacidade só poderá realizar-se quando houver compreensão de seu funcionamento. O surdo, na maioria das vezes, nasce em uma família de ouvintes, que não têm a mínima ideia de como se comunicar com esse indivíduo. Entende-se que a relação criança/pais é fundamental para que se

desenvolva a linguagem. A partir do momento que uma família descobre que o filho é surdo, há necessidade de procurar uma orientação e descobrir a importância de seu papel no processo de formação de identidade. Nesta perspectiva, segundo a autora, surge a motivação para comunicação com o próprio filho e, conseqüentemente, o desenvolvimento da linguagem.

Fernandes (2004) pontua que o português, falado pelos ouvintes, é, para os surdos, uma língua estrangeira. A primeira língua para esses indivíduos é a Libras e a segunda a Língua Portuguesa. Assim, uma família bem estruturada, a par da realidade do filho e de suas necessidades, oferece a essa pessoa, desde o seu nascimento, sua primeira língua.

Se não houver essa sensibilidade, o conhecimento sobre o mundo e as operações cognitivas que se estabelecem serão limitados. Não haverá trocas simbólicas com o meio e nem identificação com seus pares, sendo isso indispensável para o fortalecimento da identidade da pessoa surda, originando problemas emocionais e influenciando sua personalidade (Fernandes, 2004).

Família e filhos com deficiência é um tema que abre um debate que não cessa nos diferentes segmentos sociais, principalmente, na esfera educacional, pois nesse cenário, é que se concentram as principais estratégias de aprendizagens e, portanto, nesse espaço, aparecem os focos de dificuldades nos processos de ensino aprendizagem, cognitivos e comunicativos. É preciso que sejam estabelecidas novas perspectivas quanto ao processo de desenvolvimento do aluno surdo, nos seus aspectos psicológicos e intelectual (Rodríguez, 2013). Nesse caso, cabe à família compreender que os espaços educacionais são imprescindíveis para os filhos surdos.

Segundo Rodríguez (2013), a família, durante toda a vida, terá períodos de buscas com o filho. A primeira fase, tem início na primeira infância e consiste na procura de um diagnóstico e serviços de saúde. A autora explica que esses episódios de buscas podem acontecer em diferentes situações, concretizando uma busca constante para aceitação e compreensão da situação do filho.

Na segunda fase, os familiares fazem comparações para encontrar semelhança com um dos genitores (pai ou mãe). Na terceira fase, a hipótese se intensifica na busca de ajustamento, fase que a passagem do “processo de busca ao de ajustamento implica em alguns períodos importantes, nos quais se reconhece que não existem curas rápidas e nem soluções fáceis, as mudanças levam tempo para acontecer e se está lidando com um processo de vida” (Rodríguez, 2013. p, 23-24).

A quarta fase, por sua vez, caracteriza-se pela separação, e acontece de forma gradativa:

[...] que tem início no nascimento e ocorre em pequenos passos no decorrer da infância, sendo que cada um deles representa um passo em direção à independência, à medida que o filho cresce e se distancia da família e esta o libera. Esse processo é necessário para o desenvolvimento. Mas, em se tratando de crianças com necessidades especiais, esse processo pode ocorrer de forma alterada ou mais gradativa. Como essas crianças podem se mostrar incapazes de iniciar procedimentos de separação por si, cabe aos pais o papel de ajudá-las a se tornarem mais independentes. A separação, nesse caso, tem que ser iniciada, planejada e supervisionada pelos pais, o que não faz parte da ordem natural das coisas, pois, em geral, tanto pais quanto filhos se engajam nas atividades de separação (Rodríguez, 2013. p, 25).

Fernandes (2004), ao investigar a importância da comunicação da família com o surdo, em estudos comparativos considerando uma criança surda, filha de pais surdos, ou ainda uma criança surda que teve oportunidade de interações significativas com a língua de sinais precocemente, pôde constatar que o desenvolvimento linguístico e cognitivo dessas crianças não está prejudicado, seguindo as mesmas etapas e qualidades de uma criança ouvinte.

Portanto, o quanto antes e da melhor maneira possível, essa criança deve aprender a língua de sinais. Assim, a família garantirá a comunicação com seu filho, oportunizando a este um ambiente linguístico favorável à comunicação e à interação. A aprendizagem da Libras favorece a comunicação entre familiares e os filhos surdos, melhorando a convivência dos pais com as crianças.

Nesse processo, as pesquisas nos apresentam os problemas em contextos reais, com vistas à resolução de problemas significativos, conciliando teoria e prática por meio de uma ligação entre investigadores e profissionais que procuram entender, documentar e melhorar as suas práticas.

#### **4.3 A escola inclusiva e a constituição da identidade do surdo**

Quando se pensa em cultura, o conceito mais comum é de um conjunto de práticas simbólicas de um determinado grupo: língua, artes (literatura, música, dança, teatro etc.), religião, sentimentos, ideias, modos de agir e de vestir. Poche (1989) ressalta que, por cultura, entende-se os esquemas perceptivos e interpretativos

segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo e com o conhecimento, ou qualquer outra proposição equivalente; a língua e a cultura são duas produções paralelas e, além disso, a língua é um “recurso” na produção da cultura, embora não seja o único.

Para Poche (1989), a língua é, neste sentido, um instrumento que serve à linguagem para criar, simbolizar e fazer circular sentido, é um processo permanente de interação social. Na área da surdez encontra-se geralmente o termo “cultura” como referência à língua (de sinais), às estratégias sociais e aos mecanismos compensatórios que os surdos realizam para agir no/sobre o mundo, como o despertador que vibra, a campainha que aciona a luz, o uso de fax em vez de telefone, o tipo de piada que se conta etc.

Lacerda et. al (2000), por sua vez, afirmam que a existência de uma cultura surda faz parte da educação bilíngue. O surdo seria bilíngue e bicultural. O biculturalismo designa o conjunto de referências à história dos surdos, o conjunto de significações simbólicas veiculadas pelo uso de uma língua comum, o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum pelos surdos para viverem numa sociedade feita por e para os ouvintes.

Outro modo de discutir a cultura surda é bem mais complexo. Desse lado, não vale a pena entrar em jogos teóricos como, por exemplo, se existe ou não cultura surda e seu oposto, a cultura ouvinte. Esse tipo de trabalho seria apenas a ponta do *iceberg*. Em outras palavras, seria preciso entender por que persistem as opiniões em favor da cultura surda e entender quais as vantagens em adotar (e defender) essa ideia.

Assim, não parece interessante partir de uma ideia rígida e preconcebida do que seja ou não cultura. Há questões outras, não evidentes, e que são importantes para esta discussão, como, por exemplo: por que parece ser uma conclusão lógica para muitos autores e surdos a adoção do termo “cultura surda” e a ênfase no uso da língua como sua principal definição? Assumir a existência de uma “cultura surda”, tanto no interior da comunidade surda quanto no interior do campo de pesquisas universitárias, implica também assumir uma separação entre surdos e ouvintes. Implica referendar uma divisão social específica. É por meio da constituição heterogênea dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações que impõem os princípios de divisão (Strobel, 2009).

A oficialização encontra sua plena realização na manifestação, ato típico mágico por meio do qual o grupo prático, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência na qualidade de grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade. Existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto (Bourdieu, 1998).

No caso da surdez vemos que, longe de ser apenas um debate por direitos ou para tentar trazer melhorias ao surdo, a defesa da cultura surda acaba por atualizar os mecanismos de reprodução da própria desigualdade. Dessa forma, o termo “cultura” passa a ser um dos instrumentos de legitimação dessa desigualdade e da tentativa de preservar uma suposta homogeneidade atribuída aos grupos de surdos.

Acredita-se também que o termo “cultura surda” – e sua legitimação – seja produto exclusivamente dos surdos, ao passo que aos demais grupos da sociedade, ou melhor, aos ouvintes, é subtraída qualquer participação na construção do termo (Strobel, 2009).

Logo, a escola, enquanto principal instituição de construção do conhecimento tem sido confrontada com o desafio de tornar-se “inclusiva”. Implícita está, portanto, a constatação de que ela ainda tem uma prática que exclui, aparta e discrimina. Falar em inclusão nos remete às discussões sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades são, por mais homogêneas que tentem aparentar, multiculturais em sua essência. Não há país ou grupo social no qual todos os indivíduos sejam ou ajam da mesma forma, ou que professam a mesma fé, ou tenham as mesmas aspirações (Mantoan, 2006).

Tanto nas suas ações cotidianas em busca da sobrevivência, quanto nas interpretações simbólicas da existência, os seres humanos são absolutamente únicos. Um grupo se constrói por uma necessidade histórica de estar junto aos outros. O humano é gregário por natureza, o “ser social” tão aclamado. Mas o fato de estar inserido numa sociedade não significa renunciar à individualidade. Ao contrário, só há sentido em estar num grupo na medida em que se preserva o espaço único de cada um de seus componentes (Strobel, 2009).

A necessidade de liberdade também é da natureza do ser humano. Ser livre para se apresentar em suas características mais particulares, em seu modo próprio de ver e pensar o mundo, com suas totalidades e limitações, dono e senhor de suas peculiaridades. Incluir, portanto, não significa homogeneizar, mas, ao contrário, dar

espaço para a expressão das diferenças. Uma diferença que se mostra não como desigualdade, mas como afirmação contundente do princípio de que todos são iguais no universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência com dignidade e das oportunidades.

Este é o princípio sob o qual a escola deve guiar-se e, portanto, a direção a ser apontada, buscada. Não se trata de uma questão secundária: todo o mais será uma consequência de como o sistema educacional lida com esta ideia. A água só moverá o moinho se o canal que a transporta estiver na direção correta (Strobel, 2009).

Para Perlin (1998), a identidade é algo em questão, em construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições. As identidades compreendem aspectos relacionais e, ao mesmo tempo, de diferenciação; configuram-se a partir da coexistente necessidade de pertinência e autonomia.

O termo 'surdo' é carregado, no imaginário social, de estigma, de estereótipo, de deficiência, e significa a urgência da necessidade de normalização, em antagonismo ao conceito de diferença. Para a autora, o estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois imobiliza-o a uma representação contraditória, a uma representação que não conduz a uma política de identidade.

Nesse sentido, a aceitação de uma língua implica sempre a aceitação de uma cultura, conforme lembra Behares (1987). A questão da língua de sinais, portanto, está inerentemente relacionada à cultura surda. Ou seja, ao se tratar da cultura surda como fator construtor da identidade surda, necessariamente trata-se da questão da língua de sinais. A cultura surda, por sua vez, remete à identidade do sujeito que convive, quase sempre, com as duas comunidades (surda e ouvinte).


Vygotsky (1991) concebe o homem como um ser sociocultural, afirmando que seu desenvolvimento se dá, inicialmente, no plano intersubjetivo e depois no plano intrassubjetivo. No desenvolvimento assim concebido, a linguagem tem um papel fundamental, como mediadora das interações e da significação do mundo. Assim, para o autor, a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada, e as ocorrências de mediação primeiramente vão emergir de outrem e depois vão orientar-se ao próprio sujeito.

O que leva à constatação de que o desenvolvimento do reconhecimento do “eu” é um processo semiótico<sup>5</sup>, que pressupõe a participação de outras pessoas. Desse modo, as relações sociais constituem-se por intermédio dos processos semióticos e a construção da identidade só poderá ser examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo do sujeito com o outro (Gesueli, 1998).

As relações sociais desempenham um papel fundamental nesse processo, pois, por meio delas, as crianças e os indivíduos em desenvolvimento aprendem a usar esses signos e símbolos para se definirem e se relacionarem uns com os outros. A identidade de uma pessoa se forma à medida que ela participa dessas interações e negocia significados e sentidos com os outros.

Portanto, a construção da identidade não pode ser isolada do contexto social. Ela é moldada e examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo entre o sujeito e o outro. Isso significa que nossa compreensão de quem somos e como nos encaixamos na sociedade é fortemente influenciada pelas trocas simbólicas que ocorrem em nossas interações com os outros. Para uma melhor compreensão no desenvolvimento do reconhecimento do eu como um processo semiótico mediado por interações sociais, apresentamos no quadro 3, um detalhamento do processo semiótico com base nos princípios vigotskyanos:

**Quadro 3 - Processo Semiótico de Vygotsky**

Interações Sociais	Conceitualização
<p data-bbox="389 1541 624 1570">Aprendizado Social</p> 	<p data-bbox="820 1541 1410 1783">A teoria sociocultural de Lev Vygotsky destaca que o aprendizado humano é inerentemente social. As crianças aprendem a compreender a si mesmas e ao mundo ao seu redor por meio de interações com adultos, pares e a cultura em geral. Nesse processo, elas internalizam os significados e símbolos compartilhados na sociedade, construindo assim sua identidade.</p>

<sup>5</sup> De acordo com Gesueli (1998), o processo semiótico consiste na forma do sentido a partir da apreensão do mundo de qualquer organismo por meio de signos.



<p>Papel da Linguagem</p> 	<p>A linguagem desempenha um papel crucial nesse processo. Através da comunicação verbal e não verbal, as pessoas desenvolvem a capacidade de nomear e expressar seus pensamentos e sentimentos. A linguagem também fornece uma ferramenta para refletir sobre a própria identidade e compartilhá-la com os outros.</p>
<p>Negociação de Significados</p> 	<p>A construção da identidade ocorre por meio da negociação constante de significados. À medida que interagimos uns com os outros, negociamos como nos vemos e como somos vistos pelos outros. Isso envolve a compreensão de papéis sociais, normas culturais e valores compartilhados.</p>
<p>Crescimento e Desenvolvimento Contínuo</p> 	<p>Esse processo não é estático, ele evolui ao longo da vida. À medida que as pessoas envelhecem e enfrentam novas experiências, suas identidades podem se adaptar e mudar. Isso é especialmente evidente em momentos de transição, como a adolescência ou eventos significativos na vida adulta.</p>
<p>Cultura e Contexto</p> 	<p>A construção da identidade também é profundamente influenciada pela cultura e pelo contexto social em que alguém cresce. Diferentes culturas têm valores, normas e símbolos únicos que moldam a forma como as pessoas veem a si mesmas e seu lugar na sociedade.</p>

Fonte: <https://pixabay.com/pt/> . Acesso em: 06 nov. 2023

Dessa forma, o desenvolvimento do reconhecimento do 'eu' como um processo semiótico mediado por interações sociais ressalta a importância das relações interpessoais, da comunicação e da cultura na formação da identidade individual. É um processo dinâmico e contínuo que molda quem somos e como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor ao longo de toda a vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender a importância da cultura surda para a formação da identidade do indivíduo surdo.

A formação da identidade do indivíduo surdo é um tema de extrema relevância nos estudos sobre educação inclusiva e diversidade cultural. A identidade de uma pessoa é construída a partir de diferentes elementos, como valores, crenças, experiências e, no caso do indivíduo surdo, a cultura surda desempenha um papel fundamental nesse processo.

Por meio da revisão de literatura empreendida, verificou-se que a cultura surda é um conjunto de práticas, valores, comportamentos e símbolos compartilhados pelos indivíduos surdos, que têm a língua de sinais como sua principal forma de comunicação. Essa cultura possui peculiaridades próprias, que são transmitidas de geração em geração, e que contribuem para a formação da identidade surda.

Para alcançarmos uma compreensão mais profunda do propósito central desta pesquisa, buscamos discernir a relevância da cultura surda na construção da identidade do indivíduo surdo. Assim, com a pesquisa foi possível aprofundar nossa compreensão sobre a importância da cultura surda na formação da identidade dos indivíduos surdos.

Por meio da discussão acerca do papel desempenhado pela família e pela escola na formação da identidade do indivíduo surdo, destacamos as conexões e desafios existentes.

Ao percorrer esses caminhos, alcançamos um panorama mais abrangente sobre como a cultura surda se entrelaça à formação identitária dos surdos, proporcionando uma base sólida para futuras reflexões, políticas e práticas que promovam a inclusão e o reconhecimento pleno desses indivíduos na sociedade.

Consideramos que o sentido maior dessa pesquisa consistiu em apresentar para comunidade brasileira, científica e social, as necessidades das pessoas surdas nos territórios educacionais, os avanços e quais as conquistas que ainda temos pela frente.

Em termos pessoais podemos afirmar que a escolha do tema da pesquisa, tem relação com os propósitos da nossa vida pessoal e, conseqüentemente, com a nossa trajetória acadêmica, principalmente no mestrado, uma vez que somos surdos e

desejamos compreender melhor a importância da cultura surda na educação das pessoas surdas.

Um dos aspectos mais importantes da cultura surda é a valorização da língua de sinais. A língua de sinais é a língua natural dos surdos e permite uma comunicação eficiente e completa, propiciando o pleno desenvolvimento das habilidades linguísticas. Através da língua de sinais, os surdos têm acesso à informação, podem expressar suas ideias e sentimentos de forma autêntica e participar ativamente na sociedade.

Além da língua de sinais, a cultura surda também abrange aspectos como a história, a literatura, os valores e os costumes específicos. É importante destacar que a cultura surda não se limita apenas à ausência de audição, mas sim à forma como os surdos se percebem e se relacionam com o mundo. Trata-se de uma cultura visual, que valoriza a expressão corporal, as expressões faciais e o contato visual como formas de comunicação.

Para que o indivíduo surdo possa desenvolver plenamente sua identidade, é fundamental que ele tenha contato desde cedo com a cultura surda. Isso inclui o convívio com outros surdos, a aprendizagem da língua de sinais, a participação em atividades culturais e o acesso à história e à literatura surda. Dessa forma, o indivíduo surdo poderá construir sua identidade em harmonia com sua condição e se sentir parte integrante de uma comunidade culturalmente rica e diversa.

A valorização da cultura surda é de extrema importância não apenas para o desenvolvimento individual dos surdos, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade. É necessário que as escolas, as famílias e a sociedade em geral reconheçam e valorizem a cultura surda, oferecendo oportunidades para que os indivíduos surdos possam se desenvolver plenamente em todos os aspectos de suas vidas.

A formação da identidade do indivíduo surdo ocorre a partir da valorização e do fortalecimento da cultura surda. É por meio do acesso à língua de sinais, das vivências e do convívio com outros surdos e da participação nas diferentes manifestações culturais da comunidade surda que os indivíduos surdos constroem sua identidade de forma positiva e empoderada. A cultura surda é uma riqueza que deve ser celebrada e respeitada por toda a sociedade.

O cenário brasileiro é outro, quando pensamos nos avanços alcançados pela comunidade surda, tanto nos aspectos sociais, linguísticos e educacionais. Com

os avanços significativos conquistados pela comunidade surda no cenário brasileiro, tais progressos abrangem diversas esferas, como os aspectos sociais, linguísticos e educacionais. No âmbito social, a conscientização e a promoção da inclusão têm desempenhado um papel crucial. A sociedade brasileira tem se esforçado para criar ambientes mais acessíveis, reconhecendo a importância da diversidade e buscando proporcionar oportunidades equitativas para os surdos. A implementação de políticas inclusivas e a valorização da Libras têm sido passos essenciais nesse sentido.

Linguisticamente, a consolidação da Libras como língua oficial no Brasil foi um marco importante. Esse reconhecimento não apenas fortaleceu a identidade linguística da comunidade surda, mas também ampliou as possibilidades de comunicação e expressão para os surdos. A disseminação e a valorização da Libras têm contribuído para que a sociedade como um todo compreenda e respeite a diversidade linguística do país.

No campo educacional, houve avanços notáveis na oferta de educação inclusiva e na adaptação de métodos pedagógicos para atender às necessidades específicas dos alunos surdos. A presença de intérpretes de Libras nas escolas e o desenvolvimento de recursos educacionais acessíveis têm proporcionado uma experiência mais inclusiva e enriquecedora para os estudantes surdos.

Apesar desses progressos, é importante reconhecer que desafios ainda persistem. A conscientização sobre as necessidades da comunidade surda deve continuar a ser promovida, e os esforços para aprimorar a acessibilidade e a inclusão devem ser constantes. A colaboração entre a sociedade, o governo e as organizações dedicadas aos direitos dos surdos é fundamental para assegurar que o cenário brasileiro continue evoluindo em direção a um ambiente mais inclusivo e igualitário para todos.

A abordagem histórico-cultural, grandemente representada no trabalho de Vygotsky e seus seguidores, propõe uma análise que vai além do indivíduo, considerando os aspectos históricos, culturais e sociais que moldam a perspectiva da vida das pessoas surdas como uma experiência única.

Ao explorar a história de vida das pessoas surdas, percebemos como as percepções e atitudes em relação aos surdos evoluíram ao longo dos séculos. A superação de estigmas e a valorização da língua de sinais como uma forma legítima de comunicação são aspectos fundamentais nesse processo. A Teoria Histórico-Cultural destaca a importância de compreender a surdez não apenas como uma

condição médica, mas como uma construção cultural complexa que influencia a identidade e a experiência dos surdos.

No contexto cultural, a teoria ressalta a riqueza e a diversidade da comunidade surda. A língua de sinais é reconhecida como um componente vital da cultura surda, proporcionando uma base linguística e cultural única. A valorização dessa língua e o respeito pela identidade surda são elementos centrais para promover a inclusão e a participação plena na sociedade.

Além disso, os teóricos que discutem a surdez destacam a importância da educação inclusiva e culturalmente sensível. Ao considerar o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos surdos dentro de um contexto culturalmente enriquecedor, é possível criar ambientes educacionais que atendam às necessidades específicas da comunidade surda, promovendo a igualdade de oportunidade, uma perspectiva abrangente e holística, destacando a interconexão entre história, cultura e desenvolvimento individual.

Ao reconhecer a surdez como uma construção cultural e social, podemos avançar em direção a práticas mais inclusivas e respeitadas, promovendo o empoderamento e a plena participação dos surdos em todos os aspectos da vida.

Consideramos que atingimos os objetivos propostos para este estudo, todavia outras pesquisas sobre essa temática precisam ser desenvolvidas, a fim de fomentar novos debates e contribuir para a inclusão dos surdos na sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ALESP- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Dia Internacional da Linguagem de Sinais procura promover a inclusão de pessoas surdas**. 23 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas->. Acesso em: 27 ago. 2023.

ALMEIDA, Manuel Antônio, **A criança deficiente e a aceitação da família**. Rio de Janeiro: Nova Era, 1993.

ALTHAUS, Danieli; RAMOS, Daniela Karine. Jogos para o ensino de línguas de sinais/línguas orais escritas para surdos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. e42/1–27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65227>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ARAÚJO, Claudia Campos Machado.; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Esferas de atividade simbólicas e a construção de conhecimento pela criança surda. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília-SP, Set/Dez. 2008, v.14, n.3, p.427-446.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Coleção: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BEHARES, Luis Ernesto. **¿Que es uns seña?** Trabajo preentado em el primer encuentro de educadores sordos, Ministério de Educación: Venezuela, 1987.

BENVENUTO, Andrea. O surdo e o inaudito. À escuta de Michel Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 227-246.

BLOCH, Marc Bloch. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pièrre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito**. Orientador: Héctor Alberto Alimonda. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadoras de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Brasília: UNICEF, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial.** Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm). Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 2001a.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2005. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP/2/2019** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). MEC: Brasília - DF, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP/1/2015** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. MEC: Brasília - DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, Diário Oficial da União, 25 ago. 2009. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm).

Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

Acesso em 29 out. 2023.

BRASIL (2015). Resolução CNE/CP 2/2015, de 1 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: **Ministério da Educação**. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21123&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21123&Itemid=866). Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>.

Acesso em: 20 ago. 2023.

BRITO, Angela Maria Waked de.; DESSEN, Maria Auxiliadora. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 429-445, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/nn5j5XcSHK4ZmbfGGBfgVcM/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 20 ago. 2023.



CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia visual na educação dos surdos-mudos**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAPOVILLA, Fernando. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 6, n.1, p. 99-116, 200. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v06n01/v06n01a07.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

CICCONE, Marta. **Comunicação Total**: introdução, Estratégias, a Pessoa Surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 1/2006**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado.; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A ação pedagógica de Itard na educação de Victor, o “selvagem de Aveyron”: contribuição à história da psicologia. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 40, n. 99, p. 296–306, 1 dez. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2020000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2020000200016). Acesso em: 03 jan. 2024.

DIAS, Ana Lorio. **Ensino da Linguagem no Currículo**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

DUARTE, Bianca Reis Duarte. et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713–1734, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QkzPkkNgwTzG69wJKDzN66p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2023.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v.1.

FERNANDES, Carla Caballero.; ROMEIRO, Camila de Araújo. A contribuição da datilologia como estratégia metodológica no processo de alfabetização. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 170-185, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3746>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngüe para surdos**: trilhando caminhos para a prática pedagógica. Curitiba: SEED, 2004.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 41, p.

347–372, 2008. DOI: 10.18222/eae194120082065. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2065>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GESUELI, Zilda Maria. **A criança surda e o conhecimento construído na interlocução em língua de sinais** 1998. 167f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. R. (orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, p. 95-114, 269-287, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, Anie Pereira Goularte; HEINZELMANN, Renata Ohison. **Cardernos Conecta LIBRAS**. 1. ed. Arara Azul, Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, Heloísa Szimanski. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. **Journal of Human Growth and Development - JHGD**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 34-35, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/37714>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

KARAWEJCZYK, Mônica. “Indivíduo” na Idade Média?! um estudo de caso: a obra *O Espelho de Cristina* de Christine de Pisan. **História, Imagem e Narrativas**, Florianópolis, n. 4, ano 2, p. 148-164, 2007. Disponível em: <https://meridianum.ufsc.br/files/2017/09/KARAWEJCZYK-M%C3%B4nica-%E2%80%9CIndiv%C3%ADduo%E2%80%9D-na-Idade-M%C3%A9dia-Um-estudo-de-caso-a-obra-O-Espelho-de-Cristina-de-Christine-de-Pisan-F.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

KNOBEL, Mauricio. **Orientação familiar**. Campinas: Papyrus, 1992.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (Org.); NAKAMURA, Helenice Yemi (Org.); LIMA, Maria Cecília (Org.). Fonoaudiologia: **Surdez e Abordagem Bilíngüe**. 1. ed. São Paulo: Plexus, 2000. v. 1. 122p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 46, p. 68–80, set. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfR68rsh4FkNNKyr/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2023.

LINS, Heloísa Andreia de Matos. Alfabetização e letramento (também digitais) de alunos surdos: possibilidades de intervenção. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 74–81, 2012, Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16598>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LORA, Alaor Benedito. **A família orientada como condição básica para o desenvolvimento da criança portadora de deficiência auditiva**. 1984. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

LURIA, Alexander Romanovich. Curso de psicologia geral. Volume II. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991a.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Construir a Escola das Diferenças: caminhando nas pistas da inclusão. In: **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2016.

MOTTA, Maria da Graça Corso. et al. Família como unidade de desenvolvimento humano e saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 2, p. 24-27, 2003.

NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius.; NOGUEIRA, Marília Ignatius Careiro; NOGUEIRA, Beatriz Ignatius Soares. **Libras Unicesumar**. Núcleo de Educação a Distância. Maringá: UniCesumar, 2018.

NOVAIS, Ivanilda Almeida Meira; GRANDO, Roziane Keila. A contribuição das tecnologias de informação e comunicação como espaço discursivo à comunidade surda: um movimento que fortalece(rá) práticas educativas de afirmação às identidades linguísticas bilíngues. **Revista Aproximação**, Guarapuava, v. 3, n. 06, ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6940>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NOVAIS, Ivanilda de Almeida Meira. **Ensino híbrido**: estado do conhecimento das produções científicas no período de 2006 a 2016. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

NOVAIS, Ivanilda de Almeida; COSTA, Maria Luisa Furlan; CABAU, Nubia Carla Ferreira. Ensino Híbrido: um processo contínuo de gestão de sala de aula. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 179–193, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/67103>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, Lucília Vernaschi de; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. A legislação federal brasileira e o atendimento educacional especializado na rede

regular de ensino. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**. Paranaguá, v.7, n.3, p. 1-14, 2022.

OLIVEIRA, Raquel Gusmão. et al. A experiência de famílias no convívio com a criança surda. **Rev. Acta Scientiarum**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 183-191, 2004.

OLIVEIRA, Terezinha. Considerações Sobre o Trabalho na Idade Média: Intelectuais Medievais e Historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 109-128, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/48491>. Acesso em: 5 ago. 2023.

ONU. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris: **Unesco**, 2009b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192). Acesso em: 30 out. 2023.

OTERO, Cleber Sanfelici; YAEGASHI, João Gabriel; KAMIMURA, Larissa Nader. Tecnologias digitais na contemporaneidade: reflexões acerca da vulnerabilidade do ser humano no ciberespaço. **Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC)**, IFSP Itapetininga, v.10, e023005, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/868>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PADDEN, Carol; HUMPRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University. 1996.

PAULA, Liana Salmeron Botelho de. Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n.3, p 407416, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/L75D5S73FqPJLRt8PzhP6rr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2023.

PEREIRA, Márcio. A história da pessoa com deficiência. **Revista Ciências Gerenciais em Foco**, v. 8, n. 5, p. 82-96. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3149>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PESSÔA, Everton; QUADROS, Ronice Müller de. Libras. São Paulo: Parábola, 2020. 192f. ISBN978-85-7934-166-3. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 496–499, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/40872>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomudez**. Barcelona: Científico-Médica. 1978.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-73.

PERLIN, Gladis; Strobel, Karin. (2014). História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar Em Revista**, (spe-2), 17–31. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37011>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em Revista**, v. 9, n. 9, p. 1-16, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11719>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Volume 1. Contraponto: Rio de Janeiro, 2005 (531p).

POCHE, Bernard. **A construção social da língua**. In: Multilinguismo. Organizadores: Geneviève Vermes e Josiane Boutet. Tradução: Celene M. Cruz (et al.). Campinas. Editora da UNICAMP, 1989.

PROBST, M. Bilinguismo e inclusão: uma reflexão sobre os alunos surdos na rede regular de ensino. **Ideação**, Cascavel, v. 24, n. 1, p. 80–93, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/27162/20136>. Acesso em: 17 set. 2023.

QUADROS, Ronice Müller de. **A educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. **Desenvolvimento humano e aquisição da linguagem**: uma investigação acerca da concepção da família sobre a criança surda. 2001. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi.; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. **A família e o filho surdo**: uma investigação acerca do desenvolvimento psicológico da criança segundo a abordagem histórico-cultural. Curitiba: CRV: 2013.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação I Teresa Cristina Rego. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REIS, Vânia Prata Ferreira. A linguagem e seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança surda. **Espaço Informativo Técnico Científico do INES**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 23-38, 1997.

RIBEIRO, Viviane Lameu; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto Oliveira. O. Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues. **Educação (UFSM)**, v. 44, 15 jul. 2019.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p.565, 2009. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Danilo da; SPELLING, Germano Weniger. Práticas e discursos aplicados pelo regime nazista sobre surdos na Segunda Guerra Mundial. **RE-UNIR**, Porto Velho, v. 5, nº 2, p. 157-168, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/3904>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOUZA, Regina Maria; LIPPE, Eliza Marcia de Oliveira. Decreto 6.949/2009: avanço ou retorno em relação à Educação dos Surdos? **Calidoscópico**, v. 10, n. 1, p. 12-23, 2012. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.101.02/750>. Acesso em: 17 set. 2023.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008a.

STROBEL, Karin. **Surdos**: vestígios não registrados na história. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008b.

STROBEL, Karin. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 245–254, 2008c. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/806>. Acesso em: 3 ago. 2023.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2016.

SANTOS, Telma Temoteo dos; MEIRELLES, Rosane Moreira Silva de. **Educação em saúde como um processo sociocultural e histórico**: diálogos com a teoria de Vygotsky. 2017.

SILVA, Danilo da; SPELLIN, Germano Weniger. Práticas e discursos aplicados pelo regime nazista sobre surdos na Segunda Guerra Mundial. **REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**, v. 5, n. 2, p. 157–168, 2018.

TOSTA, Cíntia Gomide. Vigotski e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27548>. Acesso em: 14 set. 2023.

TRINDADE, Sara Dias.; MILL, Daniel. **Educação e humanidades digitais**. [s.l.] Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2019.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**. Londres: Dover Publications, 1971.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina: UNOPAR, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-670, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>. Acesso: 22 mar. 2024.

WAIMAN, Maria Angélica Pagliarini; ELSEN, Ingrid. Família e necessidades... revendo estudos. **Acta Scientiarum. Ciências da Saúde**, Maringá, v. 26, n. 1, p.147-157, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/1643>. Acesso em: 20 ago. 2023.

YAEGASHI, João Gabriel. **A responsabilidade civil como instrumento de tutela da personalidade em face do bullying e cyberbullying escolar**. Orientador: Cleber Sanfelici Otero. 2023. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Cesumar (UNICESUMAR), Maringá, 2023.